



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA**  
**LEI Nº 11.267 – 21-12-1995 CNPJ 01.613.136/0001-30**  
**RUA SÃO PAULO, 191 – FONE (043) 3244-1143 – CEP 86.618-000**  
**PRADO FERREIRA – ESTADO DO PARANÁ**

**AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA: 06/2024**

**CONTRATANTE (480874): Município de Prado Ferreira/PR**

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada na área de engenharia e ou arquitetura para a prestação de serviços técnicos de Elaboração de Projetos Técnicos e complementares de Engenharia Civil referente a Reforma e Construção de edificação tipo pavilhão, com a finalidade de instalação e operação de Unidade de Valorização de Recicláveis (UVR), que contempla as atividades de recepção, separação, triagem, prensagem, enfardamento e acondicionamento de materiais recicláveis, oriundos da coleta seletiva municipal, para atendimento ao Instrumento de Repasse nº 41200333/2023 celebrado com a Itaipu Binacional Programa Itaipu Mais que Energia.

**VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO:** 28.800,00 (vinte e oito mil e oitocentos reais)

**DATA DA SESSÃO:** 02/07/2024

**HORÁRIO DA FASE DE LANCES:** Das 9h até 15h

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** Menor Preço

**PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS:** SIM

Prado Ferreira, 25 de junho de 2024.

Maria Edna de Andrade  
Prefeita



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA**  
**LEI Nº 11.267 – 21-12-1995 CNPJ 01.613.136/0001-30**  
**RUA SÃO PAULO, 191 – FONE (043) 3244-1143 – CEP 86.618-000**  
**PRADO FERREIRA – ESTADO DO PARANÁ**

## Sumário

1.	<u>OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA</u> .....	3
2.	<u>PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA</u> .....	4
3.	<u>INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL</u> 5	
4.	<u>FASE DE LANCES</u> .....	6
5.	<u>JULGAMENTO E ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS</u> .....	7
6.	<u>HABILITAÇÃO</u> .....	8
7.	<u>CONTRATAÇÃO</u> .....	9
8.	<u>INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS</u> .....	10
9.	<u>DAS DISPOSIÇÕES GERAIS</u> .....	11



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA**  
**LEI Nº 11.267 – 21-12-1995 CNPJ 01.613.136/0001-30**  
**RUA SÃO PAULO, 191 – FONE (043) 3244-1143 – CEP 86.618-000**  
**PRADO FERREIRA – ESTADO DO PARANÁ**

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 06/2024  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 06/2024

Toma-se público que a Prefeitura Municipal de Prado Ferreira/PR, por meio da Divisão de Licitações e Contratos, realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento menor preço, na hipótese do art. 75, inciso I, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Municipal nº 013/2024 e demais normas aplicáveis.

**Data da sessão: 02/07/2024**

**Horário da Fase de Lances: 9h às 15h**

**Link: [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br)**

**Critério de Julgamento: Menor Preço**

### 1.OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

1.1.O objeto do presente procedimento é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação, por dispensa de licitação, de Contratação de empresa especializada na área de engenharia e ou arquitetura para a prestação de serviços técnicos de Elaboração de Projetos Técnicos e complementares de Engenharia Civil referente a Reforma e Construção de edificação tipo pavilhão, com a finalidade de instalação e operação de Unidade de Valorização de Recicláveis (UVR), que contempla as atividades de recepção, separação, triagem, prensagem, enfardamento e acondicionamento de materiais recicláveis, oriundos da coleta seletiva municipal, para atendimento ao Instrumento de Repasse nº 41200333/2023 celebrado com a Itaipu Binacional Programa Itaipu Mais que Energia. conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

1.2.A contratação será realizada em item único, conforme segue:

Lote: 1 - Lote 001					
Item	descrição do serviço	Quantidade	Unidade	Preço máximo	Preço máximo total
1	<p>Elaboração de Projetos Técnicos de Engenharia Civil de Reforma e Construção de edificação tipo pavilhão com a finalidade de instalação e operação de Unidade de Valorização de Recicláveis (UVR), contendo</p> <p>Projeto Arquitetônico; Projeto estrutural; Projetos Complementares: Estrutural, Hidrossanitário, Elétrico Projeto de Prevenção contra Incêndio PSCIP– (incluindo aprovação no Corpo de Bombeiros); Planilhas (orçamentária e cronograma), Memoriais e demais documentos necessários para a realização das seguintes obras:</p> <p><b>1 – REFORMA DE 01 (UM) BARRACÃO EM ALVENARIA PARA MANEJO DE MATERIAIS REICLÁVEIS COM ÁREA TOTAL DE 201m2;</b> <b>2- AMPLIAÇÃO DO BARRACÃO COM ÁREA DE 399 m²</b></p>	1,00	UNID	28.800,00	28.800,00



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA**  
**LEI Nº 11.267 – 21-12-1995 CNPJ 01.613.136/0001-30**  
**RUA SÃO PAULO, 191 – FONE (043) 3244-1143 – CEP 86.618-000**  
**PRADO FERREIRA – ESTADO DO PARANÁ**

<b>3- 01 (UMA) EDIFICAÇÃO PARA SEDE ADMINISTRATIVA COM ÁREA TOTAL DE 100,00m2;</b> -Visita ao local da obra para conferência e demais informações para a elaboração dos projetos.				
<b>TOTAL</b>				<b>28.800,00</b>

1.2.1.Havendo mais de um item, faculta-se ao fornecedor a participação em quantos forem de seu interesse.

1.3.O critério de julgamento adotado será o menor preço, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

## **2.PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA**

2.1.A participação na presente dispensa eletrônica ocorrerá por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, ferramenta informatizada integrante do Sistema de Compras do Governo Federal – Compras.gov.br, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, no endereço eletrônico [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).

2.1.1. O procedimento será divulgado no Compras.gov.br e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema de Registro Cadastral Unificado - SICAF, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

2.1.2. O Compras.gov.br poderá ser acessado pela web ou pelo aplicativo Compras.gov.br.

2.1.3. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

2.2.Para o item 01 a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 49, inciso IV, c/c o art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

2.2.1.A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização do procedimento, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.2.2.Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

2.3.Não poderão participar desta dispensa de licitação os fornecedores:

2.3.1.que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

2.3.2.estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.3.3.que se enquadrem nas seguintes vedações:

a)autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

b)empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

c)pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

d)aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na dispensa de licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA**  
**LEI Nº 11.267 – 21-12-1995 CNPJ 01.613.136/0001-30**  
**RUA SÃO PAULO, 191 – FONE (043) 3244-1143 – CEP 86.618-000**  
**PRADO FERREIRA – ESTADO DO PARANÁ**

- e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.
- 2.3.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;
- 2.3.3.2. O disposto na alínea “c” aplica-se também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;
- 2.3.4. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e
- 2.4. Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados e atendam ao art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.4.1. Em sendo permitida a participação de cooperativas, serão estendidas a elas os benefícios previstos para as microempresas e empresas de pequeno porte quando elas atenderem ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.
- 2.5. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da dispensa eletrônica ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

### **3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL**

- 3.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica ocorrerá com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.
- 3.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do Aviso de Contratação Direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço ou o desconto, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.
  - 3.2.1. *O fornecedor não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.*
  - 3.2.2. *Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.*
- 3.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço ou o desconto ofertado, vinculam a Contratada.
- 3.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto;
  - 3.4.1. A proposta deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
  - 3.4.2. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 3.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será aquela correspondente à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 3.6. Independentemente do percentual do tributo que constar da planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos pela legislação vigente.
- 3.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA**  
**LEI Nº 11.267 – 21-12-1995 CNPJ 01.613.136/0001-30**  
**RUA SÃO PAULO, 191 – FONE (043) 3244-1143 – CEP 86.618-000**  
**PRADO FERREIRA – ESTADO DO PARANÁ**

- 3.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 3.9. Uma vez enviada a proposta no sistema, os fornecedores **NÃO** poderão retirá-la, substituí-la ou modificá-la;
- 3.10. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar Termo de Aceitação, em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:
- 3.10.1. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
  - 3.10.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;
  - 3.10.3. que se responsabiliza pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo-as como firmes e verdadeiras;
  - 3.10.4. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.
  - 3.10.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 3.11. O fornecedor organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.12. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.13. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, fica facultado ao fornecedor, ao cadastrar sua proposta inicial, a parametrização de valor final mínimo, com o registro do seu lance final aceitável (menor preço ou maior desconto, conforme o caso).
- 3.13.1. Feita essa opção os lances serão enviados automaticamente pelo sistema, respeitados os limites cadastrados pelo fornecedor e o intervalo mínimo entre lances previsto neste aviso.
    - 3.13.1.1. Sem prejuízo do disposto acima, os lances poderão ser enviados manualmente, na forma da seção respectiva deste Aviso de Contratação Direta;
  - 3.13.2. O valor final mínimo poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, desde que não assuma valor superior a lance já registrado por ele no sistema.
  - 3.13.3. O valor mínimo parametrizado possui caráter sigiloso aos demais participantes do certame e para o órgão ou entidade contratante. Apenas os lances efetivamente enviados poderão ser conhecidos dos fornecedores na forma da seção seguinte deste Aviso.

#### **4. FASE DE LANCES**

- 4.1. A partir da data e horário estabelecidos neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.
- 4.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 4.2.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 4.3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou percentual de desconto superior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 4.3.1. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Contratação Direta.
  - 4.3.2. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de *1,00 (um real)*.
- 4.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.
- 4.5. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 4.6. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance ou do maior desconto registrado, vedada a identificação do fornecedor.



4.7. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

4.7.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

## **5. JULGAMENTO E ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS**

5.1. Encerrada a fase de lances, quando a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou abaixo do desconto definido para a contratação, o agente de contratação poderá negociar condições mais vantajosas.

5.1.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o menor preço ou o maior desconto, para que seja obtida a melhor proposta compatível em relação ao estipulado pela Administração.

5.1.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou abaixo do desconto definido para a contratação.

5.2. Em qualquer caso, concluída a negociação, se houver, o resultado será divulgado a todos e registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.

5.3. Constatada a compatibilidade entre o valor da proposta e o estipulado para a contratação, será solicitado ao fornecedor o envio da proposta adequada ao último lance ofertado ou ao valor negociado, se for o caso, acompanhada dos documentos complementares, quando necessários.

5.3.1. Além da documentação supracitada, o fornecedor com a melhor proposta deverá encaminhar planilha com indicação de custos unitários e formação de preços, conforme modelo anexo, com os valores adequados à proposta vencedora.

5.4. Encerrada a etapa de negociação, se houver, o agente de contratação verificará se o fornecedor provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e nos itens 2.3 e seguintes deste Aviso, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no processo de contratação direta ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

5.4.1. SICAF;

5.4.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

5.4.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>);

5.5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

5.6. Caso conste na Consulta de Situação do fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o órgão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

5.6.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º)

5.6.2. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º)

5.6.3. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

5.7. Verificadas as condições de participação, o gestor examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Aviso de Contratação Direta e em seus anexos.

5.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

5.8.1. conter vícios insanáveis;

5.8.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

5.8.3. apresentar preços inexequíveis ou que permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;



- 5.8.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 5.8.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.
- 5.9. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexecutável a proposta de preços ou menor lance que:
  - 5.9.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
  - 5.9.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.
- 5.10. Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o fornecedor comprove a exequibilidade da proposta.
- 5.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.
  - 5.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
  - 5.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 5.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 5.13. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 5.14. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “ chat” a nova data e horário para a sua continuidade.
- 5.15. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, será iniciada a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

## **6. HABILITAÇÃO**

- 6.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021, constam do Anexo I - Documentos de Habilitação e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado na fase de lances.
- 6.2. Toda a documentação para fins de habilitação deverá ser anexada ao sistema até a data e horário previstos para início da sessão, de modo que somente será verificada pelo agente de contratação a documentação daqueles licitantes declarados detentores de melhor oferta após a fase de disputa por lances.
- 6.3. Os documentos que não mencionarem o prazo de validade serão considerados válidos por 90 (noventa) dias, contados da data da emissão, salvo disposição contrária de Lei a respeito.
- 6.4. A habilitação dos fornecedores será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.
  - 6.4.1. É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.
  - 6.4.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).
- 6.5. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares, indispensáveis à confirmação dos já apresentados para a habilitação, ou de documentos não constantes do SICAF, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, por meio do sistema, no prazo de 02 (duas horas), sob pena de inabilitação. (art. 19, § 3º, da IN Seges/ME nº 67, de 2021)
- 6.6. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA**  
**LEI Nº 11.267 – 21-12-1995 CNPJ 01.613.136/0001-30**  
**RUA SÃO PAULO, 191 – FONE (043) 3244-1143 – CEP 86.618-000**  
**PRADO FERREIRA – ESTADO DO PARANÁ**

- 6.7. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 6.8. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 6.9. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
- 6.10. O fornecedor provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.
- 6.10.1. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do fornecedor nos remanescentes.
- 6.11. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.
- 6.12. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.
- 6.12.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.
- 6.13. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

## **7. CONTRATAÇÃO**

- 7.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.
- 7.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato OU aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.
- 7.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), disponibilização de acesso à sistema de processo eletrônico para esse fim ou outro meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento ou da disponibilização do acesso ao sistema de processo eletrônico.
- 7.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 7.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:
- 7.3.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;
- 7.3.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;
- 7.3.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.
- 7.4. O prazo de vigência da contratação será de 120 (cento e vinte) dias, englobando 70 (setenta) dias para o prazo de execução e mais 50 (cinquenta) dias para os recebimento provisório e definitivo e aprovação no órgão de avaliação, onde os produtos entregues serão objetos de análise e vistoria técnica a ser realizada pela equipe de engenheiros e arquitetos da CAIXA ECONÔMICA, contados da data da assinatura do instrumento contratual, na forma do artigo 105 da Lei 14.133/2021.



7.5. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

## **8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- 8.1. Comete infração administrativa o fornecedor que praticar quaisquer das hipóteses previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:
- 8.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;
  - 8.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
  - 8.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;
  - 8.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
  - 8.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
  - 8.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
  - 8.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação direta sem motivo justificado;
  - 8.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;
  - 8.1.9. fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
  - 8.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
    - 8.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.
  - 8.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame;
  - 8.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 8.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- a) Advertência pela falta do subitem 8.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
  - b) Multa de 10 % (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 8.1.1 a 8.1.12;
  - c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 8.1.2 a 8.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
  - d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 8.1.8 a 8.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave.
- 8.3. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante.
- 8.4. Todas as sanções previstas neste Aviso poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.
- 8.5. Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 8.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA**  
**LEI Nº 11.267 – 21-12-1995 CNPJ 01.613.136/0001-30**  
**RUA SÃO PAULO, 191 – FONE (043) 3244-1143 – CEP 86.618-000**  
**PRADO FERREIRA – ESTADO DO PARANÁ**

- 8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 8.10. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 8.11. as peculiaridades do caso concreto;
- 8.12. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 8.13. os danos que dela provierem para o Contratante;
- 8.14. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 8.15. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.
- 8.16. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.
- 8.17. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.
- 8.18. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.19. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

## **9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

- 9.1. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:
  - 9.1.1. republicar o presente aviso com uma nova data;
  - 9.1.2. valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.
    - 9.1.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.
  - 9.1.3. Fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.
- 9.2. As providências dos subitens 9.1.1 e 9.1.2 também poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).
- 9.3. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.
- 9.4. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 9.5. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.
- 9.6. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.
- 9.7. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA**  
**LEI Nº 11.267 – 21-12-1995 CNPJ 01.613.136/0001-30**  
**RUA SÃO PAULO, 191 – FONE (043) 3244-1143 – CEP 86.618-000**  
**PRADO FERREIRA – ESTADO DO PARANÁ**

- 9.8. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 9.9. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.
- 9.10. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.
- 9.11. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.
- 9.12. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 9.12.1. ANEXO I - Documentos de Habilitação;
  - 9.12.2. ANEXO II - Termo de Referência;
  - 9.12.3. ANEXO III - Modelo de Proposta;
  - 9.12.4. ANEXO IV - Minuta de Termo de Contrato.

Prado Ferreira, 06 de junho 2024.

Maria Edna de Andrade  
Prefeita



## ANEXO I – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

### 1. Habilitação Jurídica

- 1.1. **Empresário Individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 1.2. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 1.3. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 1.4. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;
- 1.5. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 1.6. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 1.7. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o **art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971**.
- 1.8. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### 2. Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista

- 2.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- 2.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 2.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 2.4. declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 2.5. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
- 2.6. prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA**  
**LEI Nº 11.267 – 21-12-1995 CNPJ 01.613.136/0001-30**  
**RUA SÃO PAULO, 191 – FONE (043) 3244-1143 – CEP 86.618-000**  
**PRADO FERREIRA – ESTADO DO PARANÁ**

2.7. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

2.8. prova de regularidade com a Fazenda Municipal e com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

2.9. caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos municipais ou estaduais ou distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.

### **3.Qualificação Econômica- Financeira**

**3.1** Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor.

### **4.Qualificação Técnica**

**4.1. Apresentação do(s) profissionais abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, também abaixo indicado(s):**

**4.1.1. Para o Arquiteto/Urbanista e ou Engenheiro**

*I. Serviços de elaboração de projetos de reforma de edificações de uso público, comercial ou industrial; e*

*II. Serviços de elaboração de projetos de rede elétrica em baixa tensão e de cabeamento estruturado de edificações de uso público, comercial ou industrial.*

4.1.2 Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica acima elencados deverão pertencer ao quadro permanente da empresa licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste certame, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor desta licitação.

4.1.3. Comprovação de aptidão para a execução de obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e **operacional** equivalente ou superior, por meio da apresentação de certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente.

**4.1.3.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:**

**I. Projeto arquitetônico de reforma e de edificação de uso público, comercial ou industrial.**

**II. Projeto de rede elétrica em baixa tensão e de cabeamento estruturado de edificação de uso público, comercial ou industrial.**

**4.1.4. Registro ou inscrição da empresa contratada no conselho profissional competente.**

4.1.5. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do Contratado.

4.1.6. O Contratado disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pelo Contratante, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da empresa que a contratou e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

4.1.7. **Não serão admitidos** atestados referentes a execução de projetos de arquitetura ou engenharia relacionados à projetos de obra nova e obras residenciais. Os atestados da área arquitetônica deverão estar literalmente relacionados a projetos de **reforma e edificações de uso público, comercial ou industrial.**



ANEXO II - TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO I

**DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, “a” e “i” da Lei n. 14.133/2021).**

- 1.1. Contratação de Serviço Comum de Engenharia visando a Elaboração de Projetos Técnicos e complementares de Engenharia Civil, orçamento e cronograma, referente a Reforma, e Construção de edificação tipo pavilhão, com a finalidade de instalação e operação de Unidade de Valorização de Recicláveis (UVR), que contempla as atividades de recepção, separação, triagem, prensagem, enfardamento e acondicionamento de materiais recicláveis, oriundos da coleta seletiva municipal, para atendimento ao Instrumento de Repasse nº 41200333/2023 celebrado com a Itaipu Binacional – Programa Itaipu Mais que Energia, no Município de Prado Ferreira-PR, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.
- 1.2. O prazo de vigência da contratação proposto será de 120 (cento e oitenta) dias, englobando 70 dias para o prazo de execução e mais 50 dias para os recebimentos provisório e definitivo e aprovação no órgão de avaliação, onde os produtos entregues serão **objeto de análise e vistoria técnica a ser realizada pela equipe de engenheiros e arquitetos da CAIXA ECONÔMICA**, contados da data de assinatura do instrumento contratual, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

Item	Nome do Produto	CATSER	Quant	Unidad e de medida	Valor Unitário
01	Elaboração de Projetos Técnicos de Engenharia Civil de Reforma e Construção de edificação tipo pavilhão com a finalidade de instalação e operação de Unidade de Valorização de Recicláveis (UVR), contendo  Projeto Arquitetônico; Projeto estrutural; Projetos Complementares: Estrutural, Hidrossanitário, Elétrico Projeto de Prevenção contra Incêndio PSCIP– (incluindo aprovação no Corpo de Bombeiros); Planilhas (orçamentária e cronograma), Memoriais e demais documentos necessários para a realização das seguintes obras: 1 – REFORMA DE 01 (UM) BARRACÃO EM ALVENARIA PARA MANEJO DE MATERIAIS RECICLÁVEIS COM ÁREA TOTAL DE 201m²; 2- AMPLIAÇÃO DO BARRACÃO COM ÁREA DE 399 m² 3- 01 (UMA) EDIFICAÇÃO PARA SEDE ADMINISTRATIVA COM ÁREA TOTAL DE 100,00m²; -Visita ao local da obra para conferência e demais informações para a elaboração dos projetos.	78 Estudos e Projetos de Arquitetura	01	Serviço	R\$ 28.800,00
TOTAL					

- 1.3. O custo estimado total da contratação é de R\$ 28.800,00 (Vinte e oito mil e oitocentos reais), apostos *na tabela acima e no Planilha de Composição de preços*.



- 1.4. Ressalvado o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário, o critério de aceitabilidade de preços será o valor global estimado para a contratação.
- 1.5. O proponente, ou, havendo dispensa eletrônica, aquele que estiver mais bem colocado na disputa, deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração, para efeito de avaliação de exequibilidade (art. 59, §3º, da Lei nº 14.133/2021).

**1. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘ b da Lei n. 14.133/2021).**

- 1.1. A Fundamentação da Contratação e seus quantitativos encontram-se pormenorizada em Tópico específico dos **Estudos Técnicos Preliminares, Anexo I** deste Termo de Referência.

**3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO (art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘ c )**

- 3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em tópico específico dos **Estudos Técnicos Preliminares, Anexo I** deste Termo de Referência.

**4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea ‘ d da Lei nº 14.133/21)**

- 4.1 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:
  - 4.1.1 Critérios de sustentabilidade são os métodos utilizados para avaliação e comparação de bens, materiais ou serviços em função do seu impacto ambiental, social e econômico.
  - 4.1.2 A CONTRATADA deverá, na prestação dos serviços, atender a legislação e normas vigentes quanto à garantia da aplicação dos requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança dos materiais utilizados.
  - 4.1.3 A CONTRATADA deverá obedecer aos critérios de sustentabilidade conforme determina o Decreto nº 7.746/2012 e suas alterações), na Lei nº 12.305/10 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, na Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 2010, Guia Nacional de Licitações Sustentáveis da AGU, legislações ambientais e no que couber para realizar a prestação dos serviços contratados.
  - 4.1.4 É de total responsabilidade da CONTRATADA o cumprimento das normas ambientais vigentes para a execução dos serviços, especificamente na indicação de materiais e formas construtivas eventualmente constantes nos projetos e demais documentos a serem elaborados.
  - 4.1.5 A CONTRATADA deverá tomar todos os cuidados necessários para que da prestação dos seus serviços não decorra qualquer degradação ao meio ambiente.
  - 4.1.6 Adoção, na medida do possível, do design sustentável, priorizando a qualidade de vida dos usuários, inclusão e economia no consumo de energia e água.
  - 4.1.7 Atendimento, no que couber, dos demais critérios de sustentabilidade nas áreas ambiental, econômica e social.
- 4.2 É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 40% (quarenta por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:
  - 4.2.1 É vedada a subcontratação da parcela principal da obrigação, a qual consiste nas seguintes atividades: elaboração dos projetos arquitetônicos, memoriais descritivos, acessibilidade e coordenação e compatibilização dos Projetos. A elaboração dos projetos complementares, orçamentação (incluindo mapa de cotações, composição de custos, curva ABC, cronograma físico-financeiro) são atividades passíveis de subcontratação.
  - 4.2.2 A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA**  
**LEI Nº 11.267 – 21-12-1995 CNPJ 01.613.136/0001-30**  
**RUA SÃO PAULO, 191 – FONE (043) 3244-1143 – CEP 86.618-000**  
**PRADO FERREIRA – ESTADO DO PARANÁ**

4.2.3 Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação. Todos os profissionais responsáveis pelas elaborações de projetos, sejam eles vinculados diretamente à empresa Contratada ou mediante subcontratação, deverão apresentar as respectivas Anotações de Responsabilidade Técnicas (ARTs) ou RRT.

4.3 Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133 de 2021.

## **5. VISTORIA**

5.1. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09:00 horas às 17:00 horas.

5.2. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

5.2.1. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

## **6. MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL (arts. 6º, XXIII, alínea “e” da Lei n. 14.133/2021).**

6.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica

6.2. Data para início da execução do objeto: em até 10 dias corridos após a assinatura do contrato ou emissão da Nota de Empenho.

6.2.1. Local da prestação de serviço: os serviços serão realizados nas dependências da contratada (ou subcontratada, caso autorizado), sendo permitidas visitas ao local da futura obra de reforma e ampliação, quantas vezes forem necessárias para o reconhecimento da situação e das peculiaridades da edificação. As eventuais visitas à edificação ocorrerão, sempre que possível, na presença de representante da Administração.

6.2.2 A sequência de serviços a serem realizados deverão seguir a sequência constante no cronograma físico-financeiro apresentado pela contratada no dia da sessão pública, podendo este ser ajustado com consentimento da fiscalização/gestão do contrato. Os serviços deverão ser distribuídos em etapas, as quais deverão ser entregues à fiscalização, assim que concluídas, para análise e considerações. Caso a fiscalização identifique a necessidade de correções nos materiais entregues de cada etapa, a contratada deverá, num prazo de 5 (cinco) dias úteis, efetuar as correções e fazer nova entrega à fiscalização, para só então iniciar os procedimentos relativos ao pagamento pela etapa concluída.

6.2.3 Etapa: período temporal em que são definidas a elaboração e entrega de um conjunto de atividades previamente listadas.

6.3 Cronograma de realização dos serviços: a contratada deverá disponibilizar durante a data da sessão pública o cronograma físico-financeiro, com as etapas e valores de realização dos serviços, objeto da presente contratação. O prazo para a realização de todos os serviços contratados é de 70 (setenta) dias. Os 50 (cinquenta) dias seguintes (total da vigência da contratação = 120 dias) se referem a prazos relacionados ao recebimento provisório e definitivo do objeto e aprovação nos órgãos competentes. A seguir será apresentado um modelo simplificado de cronograma

<b>Cronograma exemplificativo</b>					
<b>Item</b>	<b>Descrição</b>	<b>Etapa 01 – Levantamento s Iniciais</b>	<b>Etapa 02 – Anteprojeto</b>	<b>Etapa 03 – Projeto Básico</b>	<b>Etapa 04 – Entrega final e Aprovações</b>
		<b>Prazo: 20 dias</b>	<b>Prazo: 30 dias</b>	<b>Prazo: 40 dias</b>	<b>Prazo: 30 dias</b>



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA**  
**LEI Nº 11.267 – 21-12-1995 CNPJ 01.613.136/0001-30**  
**RUA SÃO PAULO, 191 – FONE (043) 3244-1143 – CEP 86.618-000**  
**PRADO FERREIRA – ESTADO DO PARANÁ**

1	Levantamento técnico e arquitetônico das condições da edificação, envolvendo as disciplinas envolvidas.	100%	-	-	-
		R\$			
2	Estudo Preliminar com as soluções, em nível macro, a serem contempladas na reforma.	100%	-	-	-
		R\$			
3	Anteprojeto arquitetônico; Complementares: Estrutural, Hidrossanitário, Elétrico, Prevenção contra Incêndio PSCIP– Planilhas (orçamentária e cronograma), Memoriais.	-	100%	-	-
			R\$		
4	Projeto básico, em alto grau de detalhamento de todas as disciplinas envolvidas no item anterior, mais: apresentação dos memoriais descritivos (caderno de encargos); orçamento sintético e analítico base SINAPI acompanhado das cotações/pesquisas, composição de custos, curvas ABC; cronograma físico-financeiro da obra etc.	-	-	100%	-
				R\$	
5	Aprovação de Projetos = prefeitura, corpo de bombeiros e concessionária (Caixa)	-	-	-	100%
					R\$
6	Coordenação e Compatibilização dos projetos	-	20%	60%	20%
			R\$	R\$	R\$
	Despesas Operacionais	35%	25%	25%	15%
		R\$	R\$	R\$	R\$
TOTAL GERAL				R\$	

6.3 A contratada deverá obedecer às etapas descritas em seu cronograma físico-financeiro, podendo passar à etapa seguinte somente após a conclusão e entrega final da etapa em curso ou se autorizada pela fiscalização do contrato. A etapa só é totalmente concluída e passível de recebimento pela contratada quando todas os serviços programados para tal etapa foram concluídos, entregues e recebidos pela fiscalização. Somente em situações devidamente justificadas e após análise e concordância da fiscalização, poderão ser realizados pagamentos proporcionais de uma determinada etapa sem que todos as programações desta tenham sido entregues.



## 7. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

- 7.1 A edificação para a qual serão desenvolvidos os projetos e demais documentos técnicos é existente e operacional.
- 7.2 A visita técnica, apesar de facultativa, é de considerável importância para o melhor dimensionamento da proposta de preços.
- 7.3 Para as fases iniciais após a contratação, será necessária a confirmação “in loco” de todas as medidas da atual edificação, suas características construtivas, envolvendo todas as disciplinas de projeto.
- 7.4 Os projetos podem ser elaborados preferencialmente em tecnologia Open BIM 3D, podendo também ser elaborados em tecnologia usual.
- 7.5 O coordenador de projeto deverá conciliar todos os projetos envolvidos para minimização das interferências entre as disciplinas.
- 7.6 O **Anexo II – Atividades a executar**, do presente Termo de Referência elenca as principais atividades a serem executadas e o que cada uma delas deve conter e a forma de sua apresentação.

## 8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “f” da Lei nº 14.133/21).

### 8.1 ROTINAS DE FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

- 8.1.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, *caput*).
- 8.1.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).
- 8.1.3 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, *caput*).
  - 8.1.3.1 O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).
  - 8.1.3.2 O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).
- 8.1.4 O contratado poderá manter preposto aceito pela Administração no local da obra e do serviço para representá-lo na execução do contrato. (Lei nº 14.133/2021, art. 118).
  - 8.1.4.1 A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade
- 8.1.5 O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).
- 8.1.6 O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).
- 8.1.7 Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, *caput*).
  - 8.1.7.1 A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).
- 8.1.8 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.



8.1.9 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

8.1.9.1 *Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade convocará o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.*

8.1.9.2 Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

8.1.9.3 Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, Certidão Negativa de Débitos perante as Receitas Estadual e Municipal de sede da contratada, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

8.1.10 Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

8.1.10.1 Comunicações semanais por e-mail ou reuniões virtuais para o acompanhamento das entregas das etapas do cronograma

8.1.10.2 Comunicações semanais para deliberações técnicas das soluções para os diversos projetos e documentos a serem elaborados;

8.1.10.3 Comunicações para esclarecimentos quanto ao funcionamento do órgão de modo a colaborar para a elaboração de projetos compatíveis com as atividades realizadas pela Contratante.

## 8.2 DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO

8.2.1 A avaliação da execução do objeto utilizará **o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no ANEXO III deste Termo de Referência**, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

8.2.1.1 não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

8.2.1.2 deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

8.2.2 *A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços*

8.2.3 Deverá ser indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

8.2.3.1 não produziu os resultados acordados

8.2.3.2 deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

8.2.3.3 deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

8.2.4 O Cumprimento do IMR ou outro mecanismo de Medição, condiciona o pagamento dos serviços de acordo ao cronograma físico-financeiro, apresentado pela contratada com as etapas e valores de realização dos serviços, objeto da presente contratação.

## 8.3 DO PAGAMENTO

8.3.1 Os pagamentos obedecerão ao cumprimento integral das etapas previstas no Cronograma Físico-Financeiro apresentado pela Contratada no processo de contratação.

8.3.2 Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, a Contratada apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, através de planilha e memória de cálculo detalhada.

8.3.3 Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA**  
**LEI Nº 11.267 – 21-12-1995 CNPJ 01.613.136/0001-30**  
**RUA SÃO PAULO, 191 – FONE (043) 3244-1143 – CEP 86.618-000**  
**PRADO FERREIRA – ESTADO DO PARANÁ**

- 8.3.4** O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE no prazo de até 20 (vinte) dias, contados da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, recebimento dos serviços pelo fiscal técnico e análise da documentação complementar de regularidade da empresa.
- 8.3.5** O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação aos serviços efetivamente prestados, devidamente acompanhada das comprovações da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao Sicaf ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais;
- 8.3.6** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 8.3.7** Antes de cada pagamento à Contratada, será verificada a manutenção das condições de iniciais de regularidade da Contratada. Constatando-se, junto ao SICAF ou outros sistemas de informação, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 8.3.8** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada.
- 8.3.9** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 8.3.10** A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, exclusivamente para as atividades de prestação de serviços previstas no §5º-C, do artigo 18, da LC 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, observando-se as exceções nele previstas. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 8.3.11** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até o efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação da seguinte fórmula:
- EM = I x N x VP, sendo:
- EM = Encargos moratórios
- N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
- VP = Valor da parcela a ser paga.
- I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = (6/100)/365 \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

#### **8.4 DO RECEBIMENTO**

- 8.4.1** Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 20 (vinte) dias, contado da entrega de todos os documentos referentes à etapa de execução, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico.
- 8.4.1.1** O contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.
- 8.4.1.1.1** Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no



redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

8.4.1.1.2 O Contratado fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

8.4.1.1.3 O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

8.4.1.2 No prazo supracitado para o recebimento provisório, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

8.4.1.3 Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

8.4.2 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.4.3 Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 50 (cinquenta) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo as seguintes diretrizes:

8.4.3.1 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

8.4.3.2 Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

8.4.3.3 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR).

8.4.4 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## 9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'h', da Lei n. 14.133/2021)

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso I, da Lei n.º 14.133/2021, que culminará com seleção da proposta de menor preço por item.

9.2. As exigências de habilitação Jurídica Fiscal social e trabalhistas são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no **Aviso de Contratação Direta**.

9.3. Os critérios de habilitação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão *previstos no Aviso de Contratação Direta*.

9.4. Os critérios de habilitação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

9.4.1. **Apresentação do(s) profissionais abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, também abaixo indicado(s):**

9.4.1.1. **Para o Arquiteto/Urbanista e ou Engenheiro**

I. Serviços de elaboração de projetos de reforma de edificações de uso público, comercial ou industrial; e



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA**  
**LEI Nº 11.267 – 21-12-1995 CNPJ 01.613.136/0001-30**  
**RUA SÃO PAULO, 191 – FONE (043) 3244-1143 – CEP 86.618-000**  
**PRADO FERREIRA – ESTADO DO PARANÁ**

- II. Serviços de elaboração de projetos de rede elétrica em baixa tensão e de cabeamento estruturado de edificações de uso público, comercial ou industrial.
- 9.4.2. Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica acima elencados deverão pertencer ao quadro permanente da empresa licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste certame, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor desta licitação.
- 9.4.3. Comprovação de aptidão para a execução de obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e **operacional** equivalente ou superior, por meio da apresentação de certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente.
- 9.4.3.1. **Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:**
- I. Projeto arquitetônico de reforma e de edificação de uso público, comercial ou industrial.**
- II. Projeto de rede elétrica em baixa tensão e de cabeamento estruturado de edificação de uso público, comercial ou industrial.**
- 9.4.4. **Registro ou inscrição da empresa contratada no conselho profissional competente.**
- 9.4.5. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do Contratado.
- 9.4.6. O Contratado disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pelo Contratante, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da empresa que a contratou e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.
- 9.4.7. **Não serão admitidos** atestados referentes a execução de projetos de arquitetura ou engenharia relacionados a projetos de obra nova e obras residenciais. Os atestados da área arquitetônica deverão estar literalmente relacionados a projetos de **reforma e edificações de uso público, comercial ou industrial.**
- 9.4.8. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:
- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis)); e
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)
- 9.4.9. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
- 9.4.10. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 9.4.11. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA**  
**LEI Nº 11.267 – 21-12-1995 CNPJ 01.613.136/0001-30**  
**RUA SÃO PAULO, 191 – FONE (043) 3244-1143 – CEP 86.618-000**  
**PRADO FERREIRA – ESTADO DO PARANÁ**

- 9.4.12. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.
- 9.4.13. É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.
- 9.4.14. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 9.4.15. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 9.4.16. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
- 9.4.17. Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:

**9.5. Habilitação Jurídica:**

- 9.5.1. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 9.5.2. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);
- 9.5.3. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.5.4. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.5.5. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**9.6. Habilitações fiscal, social e trabalhista:**

- 9.6.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- 9.6.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.



- 9.6.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.6.4. declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 9.6.5. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
- 9.6.6. prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.6.7. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.
- 9.6.8. prova de regularidade com a Fazenda Municipal e com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.6.9. caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos municipais ou estaduais ou distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.

## **10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

- 10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Municipal.
  - 10.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:
    - Unidade: 09 – Departamento de Obras Públicas –
    - 001 - Divisão de Serviços Urbanos
    - Fonte de Recursos: 000
    - Elemento de Despesa: 15.451.0016.2098 –
    - 3.3.90.39.00.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
- 10.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento

Prado Ferreira, Maio de 2024.

Magna Regina de Moura Gonzales Procópio

Coordenadora de Projetos

## **Anexo II – Atividades a Executar**

### **1. ESCOPO DOS PROJETOS E DOCUMENTOS**

- 1.1. Projetos, serviços e documentos requeridos para a presente contratação que visa projetar e orçar a reforma Reforma, e Construção de edificação tipo pavilhão, com a finalidade de instalação e operação de Unidade de Valorização de Recicláveis (UVR), no município de Prado Ferreira-PR:
  - 1.1.1. Levantamento técnico “in loco” das atuais condições da edificação,



relacionando o

levantamento técnico a cada uma das disciplinas de projeto afetadas;

- 1.1.2 Apresentação de Estudo Preliminar com as soluções, em nível macro, a serem contempladas na reforma;

- 1.1.3. Anteprojeto de Arquitetura, acessibilidade, cobertura, estrutura (inclusive metálica), elétrico/lógico, SPDA, climatização, hidrossanitário, alarme/CFTV, combate a incêndio e orçamento estimativo;

- 1.1.4. Projeto Básico completo para as seguintes disciplinas (em modelo pdf, dwg e rvt, e planilha excel):

1.1.4.1. Projeto arquitetônico, incluindo detalhamentos necessários e o Caderno de Especificações;

1.1.4.2. Projeto de Acessibilidade;

1.1.4.3. Projeto de Comunicação Visual interna e externa;

1.1.4.4. Projeto estrutural, incluindo estrutura metálica para o telhado da edificação (telhado atual será substituído por estrutura metálica com telhas termoacústicas) e para a cobertura de área administrativa;

1.1.4.5. Projeto de Instalações hidrossanitárias e drenagem pluvial;

1.1.4.6. Projeto de Combate a incêndio;

1.1.4.7. Projeto de Rede Elétrica de baixa tensão, Projeto de Cabeamento Estruturado e Projeto de SPDA;

- 1.1.5. Orçamento e Cronograma Físico-Financeiro da obra de reforma com:

1.1.5.1. Orçamento Sintético e Analítico base SINAPI, com e sem desoneração;

1.1.5.2. Se houver itens não contemplados no SINAPI, apresentar as cotações de preços de mercado ou referência em outro sistema de tabela de preços;

1.1.5.3. Mapa de cotações;

1.1.5.4. Composição de custos de preços;

1.1.5.5. Curva ABC de serviços e de materiais;

1.1.5.6. Cronograma Físico-Financeiro estimado para a futura obra

## **2. DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DOS PROJETOS:**

- 2.1. Os projetos deverão ser desenvolvidos em conformidade com o Manual de Obras Públicas – Projeto de Edificações (SEAP) e Atos Convocatórios que visam a contratação, prevalecendo, no caso de eventuais divergências, as disposições estabelecidas pelo Contratante.

- 2.2. O objeto da licitação poderá preferencialmente ser desenvolvido em “software” que utilize a tecnologia “Building Information Modelling – BIM”, podendo também ser elaborado em tecnologia usual e apresentado em meio magnético em três formatos: (i) editável: “Revit Architecture” (formato “rvt”) e IFC; e (ii) não editável: compatível com o Adobe Reader (formato “pdf”). Os documentos complementares, como textos e planilhas, deverão ser apresentados em dois formatos: (i) editável – compatível com o “Libre Office” ou “MS-Word” (no caso dos textos) e com o “MS-Excel” (no caso das planilhas); e (ii) não editável, compatível com o “Adobe Reader” (formato “pdf”).

- 2.3. Deverão ser observadas as premissas estabelecidas pela Instrução Normativa emitida pela Itaipu Binacional - Programa Mais que Energia, no Anexo II – Especificação Técnica Saneamento Ambiental, atendendo ao critérios de Sustentabilidade Ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração pública

- 2.4. Todos os estudos e projetos deverão ser desenvolvidos de forma harmônica, consistente e coordenada, observando a não interferência entre os elementos dos diversos sistemas da edificação e atendendo às diretrizes gerais de projeto e legislação



- 2.5. Os projetos deverão ser desenvolvidos visando às seguintes diretrizes gerais de projeto:
- 2.5.1. Utilização de materiais e métodos construtivos adequados aos objetivos do empreendimento e às condições do local de implantação;
  - 2.5.2. Adoção de soluções projetuais e construtivas que visem ao desenvolvimento sustentável ao longo de todo ciclo de vida da construção;
  - 2.5.3. Garantia do conforto e bem-estar em cada um dos ambientes projetados, bem como no conjunto da edificação;
  - 2.5.4. Adoção de soluções construtivas racionais elegendo, sempre que possível, sistemas de modulação e padronização compatíveis com as características da edificação;
  - 2.5.5. Adoção de soluções flexíveis e versáteis nas áreas destinadas às atividades comuns públicas;
  - 2.5.6. Adoção de soluções que ofereçam facilidade de operação e manutenção dos diversos componentes e sistemas da edificação;
  - 2.5.7. Adoção de soluções que minimizem os custos de manutenção da edificação;
  - 2.5.8. Adoção de soluções de segurança e monitoramento que permitam garantir a segurança da edificação com o menor efetivo de pessoal possível;
  - 2.5.9. Adoção de soluções técnicas que considerem as disponibilidades econômicas e financeiras para a implantação do edifício;
  - 2.5.10. Garantia de acessibilidade e segurança na utilização da edificação, com aplicação das normas pertinentes;
  - 2.5.11. Eficiência energética da edificação.
  - 2.5.12. Concepção e a implantação dos projetos arquitetônicos e urbanísticos devem atender aos princípios do desenho universal.
  - 2.5.13. Adoção de soluções arquitetônicas que levem em conta:
    - 2.5.13.1. adequação da arquitetura ao clima;
    - 2.5.13.2. insolação e cargas térmicas incidentes sobre a edificação;
    - 2.5.13.3. níveis adequados e eficientes de iluminação; e
    - 2.5.13.4. busca por soluções sustentáveis e pelo uso racional dos recursos naturais.

### **3. COMPONENTES E FASES DOS PROJETOS, DOCUMENTOS E SERVIÇOS:**

#### **3.1. Levantamento Técnico in loco:**

- 3.1.1. Etapa destinada à coleta das informações de referência que representem as condições preexistentes, de interesse para instruir a elaboração do projeto, podendo incluir os seguintes tipos de dados: Físicos: Planialtimétricos; Cadastrais (edificações, redes etc.); Ambientais, Climáticos, Ecológicos; Técnicos; Legais e jurídicos; Sociais; Econômicos; Financeiros; outros;
- 3.1.2. As informações preliminares deverão abranger consulta à legislação pertinente e Órgãos Públicos e Concessionárias envolvidas na aprovação do projeto, com obtenção de informações básicas;
- 3.1.3. Esta etapa consiste, entre outras, na execução das seguintes tarefas pelo Contratado para subsidiá-lo:
  - a) visita às dependências do edifício e avaliação detalhada;
  - b) compilação das informações;
  - c) avaliação da documentação disponibilizada pelo Contratante;
  - d) escolha pelo Contratado e Contratante do layout final.
- 3.1.4. Relatório de levantamento de necessidades:
  - 3.1.4.1. Esse relatório visa identificar as patologias e necessidades existentes, para



dar subsídio aos projetos a serem desenvolvidos.

- 3.1.4.2. Para elaboração do relatório, deve ser realizada inspeção predial minuciosa, entrevista com servidores, usuários e gestores da unidade, além de levantamento de dados e documentos da edificação. As deficiências constatadas devem ser classificadas de acordo com o grau de risco, estabelecendo uma lista de prioridades técnicas e soluções propostas.
- 3.1.4.3. Deverá orientar a elaboração dos Anteprojetos e as especificações técnicas a serem apresentadas pelo Contratante e indicar as razões para as soluções a serem adotadas, com informações sobre a conformidade do projeto específico com as definições preestabelecidas. Deverá apresentar razões para a adoção dos programas e estilos escolhidos, relacionamento da obra específica com fatores condicionantes (do terreno, por exemplo), e outras justificativas julgadas pertinentes.
- 3.1.4.4. Todas as informações e documentações produzidas deverão ser consolidadas com parecer conclusivo sobre a viabilidade da execução da proposição projetada considerando aspectos técnicos, legais e valores relativos de custo.
- 3.1.4.5. As especificações técnicas e de materiais e as soluções apresentadas nesse Relatório devem considerar o princípio da economicidade, estabelecendo um valor adequado por m<sup>2</sup>, considerando o melhor custo-benefício.
- 3.1.4.6. A estimativa preliminar de custo deverá indicar as previsões de custo em estrutura com mínimo de três níveis (modalidade, especialidade técnica e total), com preferência de uso da base de dados do SINAPI, admitindo-se utilização de parâmetros de custos por metro quadrado adotados pelo SINDUSCON ou outra fonte de consulta válida para aqueles itens que não constarem na base de dados do SINAPI.
- 3.1.4.7. Deverão ser apresentados também os critérios adotados para atender as Diretrizes para Sustentabilidade da Edificação.

#### **4. ANTEPROJETOS:**

- 4.1. “Etapa destinada à concepção e à representação das informações técnicas provisórias de detalhamento da edificação e de seus elementos, instalações e componentes, necessários ao inter-relacionamento das atividades técnicas de projeto e suficientes à elaboração de estimativas aproximadas de custo e de prazos dos serviços de obra implicados” [fonte: NBR 13.531/1995].
- 4.2. O Anteprojeto é o conjunto de documentos e desenhos técnicos (plantas baixas, cortes, elevações e volumetria) e será desenvolvido a partir da planta de layout elaborada e/ou aprovada pela Contratante e das especificidades da Unidade, objetivando a melhor solução técnica para a elaboração do futuro Projeto Básico Completo, considerando-se os estudos de viabilidade técnica e econômica, avaliação ambiental, sustentabilidade, acessibilidade e identidade visual da Secretaria da Receita Federal do Brasil.
- 4.3. O Anteprojeto deverá ser entregue com pré-dimensionamento dos projetos e do valor previsto para a reforma. Cada disciplina de projeto deverá estar acompanhada do seu respectivo memorial descritivo.

#### **5. PROJETOS BÁSICOS COMPLETOS:**

- 5.1. O Projeto Básico Completo, que compreende o desenvolvimento do Projeto Básico de Arquitetura e a elaboração dos demais projetos básicos complementares, é o conjunto de elementos técnicos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, que possibilite caracterizar perfeitamente a obra ou o serviço, estimar os custos, determinar os prazos de execução, identificar as especificações e os métodos de execução e que assegure a sua viabilidade técnica.



- 5.2. O Projeto Básico Completo deverá ser o mais detalhado possível, deverá conter todas as informações necessárias à sua perfeita execução, bem como o levantamento de custos da obra ou serviço, de forma a caracterizar em sua totalidade o objeto a ser licitado, com a finalidade de minimizar a necessidade de sua reformulação ou de variantes durante as fases de elaboração do projeto executivo e de realização das obras.
- 5.3. É o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar a obra ou serviço, ou complexo de obras ou serviços objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegurem a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução, devendo conter os seguintes elementos:
- a) desenvolvimento da solução escolhida de forma a fornecer visão global da obra e identificar todos os seus elementos constitutivos com clareza;
  - b) soluções técnicas globais e localizadas, suficientemente detalhadas, de forma a minimizar a necessidade de reformulação ou de variantes durante as fases de elaboração do projeto executivo e de realização das obras e montagem;
  - c) identificação dos tipos de serviços a executar e de materiais e equipamentos a incorporar à obra, bem como suas especificações que assegurem os melhores resultados para o empreendimento, sem frustrar o caráter competitivo para a sua execução;
  - d) informações que possibilitem o estudo e a dedução de métodos construtivos, instalações provisórias e condições organizacionais para a obra, sem frustrar o caráter competitivo para a sua execução;
  - e) subsídios para montagem do plano de licitação e gestão da obra, compreendendo a sua programação, a estratégia de suprimentos, as normas de fiscalização e outros dados necessários em cada caso;
  - f) orçamento detalhado do custo global da obra, fundamentado em quantitativos de serviços e fornecimentos propriamente avaliados.
- 5.4. Caso, por imposições técnicas, orçamentárias ou de concepção de projeto, seja necessária a utilização de método construtivo ou de instalação específico, o(s) projeto(s) básico(s) e respectivo(s) memorial(is) deverá(ao) definir claramente as etapas de execução, inclusive com apresentação de detalhamentos na forma de desenhos técnicos nas pranchas das respectivas especialidades, em escala compatível.

## **6. PROJETO LEGAL:**

- 6.1. Todos os projetos devem, quando exigido pelas concessionárias públicas e/ou os órgãos municipais, estaduais ou federais, obter a aprovação requerida. Os honorários relativos aos procedimentos estão incluídos no valor de remuneração, não ensejando nenhum ônus adicional para o CONTRATANTE.
- 6.2. O projeto legal consiste na representação do conjunto de informações técnicas necessárias à análise e aprovação, pelas autoridades competentes, da concepção da edificação, dos seus elementos e instalações, com base nas exigências legais (municipais, estaduais e federais) e à obtenção do alvará ou das licenças e demais documentos indispensáveis para as atividades da construção/reforma.
- 6.3. O CONTRATADO deverá elaborar Projetos Legais (PL) para os órgãos municipais, estaduais e federais competentes conforme a orientação destes, com o objetivo de se aprovarem os projetos e obterem-se as licenças ambientais, de construção e de operação, e certificações de projeto.
- 6.4. O CONTRATADO deverá ser responsável pela observância das leis, decretos, regulamentos, portarias e normas federais, estaduais e municipais direta e indiretamente aplicáveis ao objeto do contrato.



- 6.5.O CONTRATADO deverá efetuar o pagamento de todas as taxas e demais obrigações financeiras incidentes ou que vierem a incidir sobre os processos de aprovação dos projetos nos órgãos competentes, até o recebimento definitivo das licenças e certificações.
- 6.6.Não poderá haver divergências entre as informações constantes em projeto daquelas fornecidas aos órgãos competentes e quaisquer desenhos e respectivos detalhes solicitados por aqueles deverão ser considerados como parte integrante deste Projeto Básico.
- 6.7.Aos respectivos órgãos competentes caberá a definição do conteúdo, nível de informações, forma e padrões de representação gráfica dos projetos a serem entregues para análise, cabendo o CONTRATADO a diagramação, impressão e gravação do material produzido do modo preconizado.
- 6.8.Na Etapa de recebimento de projeto serão exigidas as aprovações de todos os projetos exigidas pelos órgãos pertinentes (exemplo: prefeitura, CORPO DE BOMBEIROS, concessionárias de energia, água e esgoto).

## **7. ORÇAMENTOS SINTÉTICOS E ANALÍTICOS:**

- 7.1.O Orçamento é o produto destinado a estabelecer os valores unitários, subtotais e total parcial ou custo direto para a execução dos serviços, incluindo ainda o cálculo do Benefício e Despesas Indiretas (BDI) aplicável sobre o serviço e o valor final estimado para a execução, que se traduz pela soma do custo direto com o BDI.
- 7.2.As Planilhas de Orçamento devem ser elaboradas de acordo com regras e critérios estabelecidos pela CAIXA ECONÔMICA, concessionária responsável pelas atividades de análise e vistoria, para elaboração dos orçamentos analítico e sintético.
- 7.3.Orçamento Analítico é aquele em que o custo do serviço é detalhado, mostrando toda a sua composição, que agrega materiais, mão de obra, equipamentos e leis sociais.
- 7.4.Orçamento Sintético é o resumo do orçamento analítico, mostrando apenas o custo do serviço, sem detalhar sua composição.
- 7.5.As planilhas de quantitativos e orçamento deverão ser elaboradas pelo CONTRATADO. Não será aceita planilha que não esteja compatibilizada com o projeto ou com o caderno de encargos e especificações, ou que não corresponda integralmente às características acima descritas, impedindo inclusive o aceite da fase de desenvolvimento correspondente.
- 7.6.Consonante com a fase de desenvolvimento e, portanto, com o grau de detalhamento do projeto, é obrigatório o lançamento de quantitativos que sejam diretamente mensuráveis em projeto e/ou pelas especificações técnicas, utilizando-se de unidades de medida compatíveis com o apurado. Fica vetada em absoluto a adoção de unidades de medidas subjetivas tais como “verba” ou “conjunto”.
- 7.7.Para efeito de cálculo dos valores unitários relativos aos itens descritos em planilha, é obrigatória a adoção de valores constantes em sistemas de custos reconhecidos pelo Governo Federal tais como o Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI, mantido e divulgado, na internet, pela Caixa Econômica Federal e pelo IBGE, excetuados os itens caracterizados como montagem industrial ou que não possam ser considerados como de construção civil.
- 7.8.Salvo na condição de não se obterem valores para os itens especificados nos referidos sistemas de referência mencionados, é aceita a pesquisa direta no mercado junto à fabricantes e/ou fornecedores, preferencialmente embasada por 3 cotações, quando cabível.
- 7.9.Na elaboração dos orçamentos de referência, serão adotadas variações locais dos custos, quando constantes do sistema de referência utilizado e, caso não estejam previstas neste, poderão ser realizados ajustes em função das variações locais, devidamente justificados pelo CONTRATADO.
- 7.10.Para as planilhas deverão ser transportados os menores valores apurados nos sistemas de custos aceitos pelo Governo Federal ou cotações diretamente realizadas



no mercado.

- 7.11.O BDI ou bonificação é a parcela do custo do serviço independente, do que se denomina custo direto, ou seja, o que efetivamente fica incorporado ao produto. Desta maneira o BDI é afetado entre outros, pela localização, tipo de administração local exigida, impostos gerais exceto leis sociais sobre a mão de obra aplicada no custo direto, e ainda deve constar desta parcela o resultado ou lucro esperado pelo CONTRATADO. A fórmula e demais informações para o cálculo do BDI deverão atender às recomendações do Tribunal de Contas da União – TCU.

**8. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO:**

- 8.1.O cronograma físico-financeiro é constituído de uma planilha, na qual são descritas todas as etapas da obra, em quanto tempo devem ser executadas e qual o custo previsto para cada uma.

**9. MEMORIAL DESCRITIVO:**

- 9.1.O memorial deverá conter a data de sua realização e a descrição geral dos projetos específicos, de suas partes constitutivas e de sua inter-relação com os demais projetos. Deverão ser descritos os serviços a serem executados, os materiais a serem empregados, os processos construtivos a serem adotados, além das instalações especiais exigidas e das obras de infraestrutura e complementares necessárias.

**10. MEMORIAL DE CÁLCULO:**

- 10.1.Deverá conter, de forma sucinta, os critérios e as normas que nortearam o cálculo, para cada tipo de projeto, bem como particularidades especiais que mereçam citação. É necessário relacionar todos os cálculos às descrições e aos desenhos (números, códigos etc.), além de indicar as normas que serviram como base para os cálculos. Os memoriais de cálculo podem ser apresentados junto as pranchas ou memoriais descritivos.

**11. CADERNO DE ENCARGOS E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS:**

- 11.1.As especificações, devidamente subdivididas pelos tipos de projeto e relacionadas por itens, deverão apresentar todas as características dos serviços, materiais e equipamentos, não deixando nenhuma dúvida quanto ao material a ser adquirido e utilizado. Quanto aos materiais, deverão ser citadas as normas de referência, seu padrão de qualidade e eventuais testes para recebimento e aceitação; com respectivos equipamentos, características técnicas e critérios de recebimento.
- 11.2.As especificações definem em detalhes todos os materiais, acabamentos e normas para a execução de serviços, necessários à execução da obra. Em geral são apresentadas resumidamente grafadas nos desenhos, em um quadro geral de materiais e acabamentos referenciais e detalhadamente descritas em um Caderno de Encargos e Especificações (CE). Apresentação em formato A4 digitado.
- 11.3.As especificações deverão atender às normas aplicáveis e sua elaboração deverá garantir perfeita correspondência com todas as informações contidas nos demais elementos constitutivos do projeto.
- 11.4.As especificações técnicas deverão conter, basicamente, as seguintes características:
- 11.4.1.nomenclatura;
  - 11.4.2.material básico;
  - 11.4.3.forma, dimensões e tolerâncias;
  - 11.4.4.funcionamento;
  - 11.4.5.acabamento superficial;
  - 11.4.6.padrão final referido a um desempenho técnico.
  - 11.4.7.materiais utilizados;



- 11.4.8. modo de preparo;
  - 11.4.9. disponibilidade de mão de obra.
  - 11.5. A escolha dos materiais deverá levar em conta condições ambientais, de manutenção e de conservação, e deverão ser considerados(as):
    - 11.5.1. técnicas construtivas adequadas à indústria, materiais e mão de obra locais;
    - 11.5.2. aproveitamento dos materiais em suas dimensões de fabricação;
    - 11.5.3. condições econômicas da região;
    - 11.5.4. características funcionais e de representatividade dos espaços da edificação;
    - 11.5.5. exigências humanas relativas ao uso dos materiais;
    - 11.5.6. condições climáticas locais e exigências humanas relativas ao conforto térmico, acústico e à iluminação natural;
    - 11.5.7. facilidade de conservação e manutenção dos materiais escolhidos;
    - 11.5.8. durabilidade do material empregado;
    - 11.5.9. desempenho adequado ao tipo de utilização no ambiente; e
    - 11.5.10. aspectos econômicos quanto aos custos iniciais e de manutenção.
  - 11.6. Poderão ser utilizados como modelo os cadernos de encargos de uso corrente, como Práticas da SEAP – Manual de Obras Públicas e Edificações e Caderno de Encargos da PINI. Nesse caso, deverá ser especificado o material de aplicação e citado o procedimento do serviço, com o respectivo item do caderno de encargos adotado.
  - 11.7. O Contratado poderá anexar catálogos de fabricantes às suas especificações, com o objetivo de elucidar dúvidas ou especificar procedimentos e materiais, no entanto, não poderá especificar um único fabricante/fornecedor específico para cada item. Deverão ser mencionados modelo e linha de pelo menos 3 (três) fabricantes de referência, escolhidos por critério de equivalência.
  - 11.8. Compatibilização dos projetos
  - 11.9. A compatibilização dos projetos e documentos consiste na avaliação da interferência entre as soluções arquitetônicas e sistemas prediais e de infraestrutura propostos.
  - 11.10. Deverão ser elaboradas plantas de interferências de piso e plantas de interferências de teto, para verificação da compatibilidade e ausência de interferências.
  - 11.11. Em todas as etapas de entrega o coordenador do projeto deverá verificar a compatibilidade de todos os documentos entregues.
- 12. PLANILHAS DE SERVIÇOS E QUANTITATIVOS (PSQ):**
- 12.1. Indica os quantitativos e valores (unitário e total) de todos os serviços, materiais e equipamentos necessários à execução da obra. Em geral são apresentadas sobre a forma de planilhas, que incluem ainda os custos com encargos, impostos, BDI, dentre outros.
  - 12.2. Deverão acompanhar os orçamentos entregues e ser separadas por disciplinas de projetos.
  - 12.3. As listas de quantitativos também podem aparecer nas pranchas de desenho, a critério da fiscalização.
- 13. PLANEJAMENTO DA EXECUÇÃO DA OBRA (PO):**
- 13.1. Indica detalhadamente as etapas de execução da obra e seu cronograma físico-financeiro (relação entre a execução da obra e os pagamentos decorrentes). Apresentação em formato adequado à representação, digitado.
- 14. DOCUMENTOS DE COMPROVAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA:**
- 14.1. Anotações/Registros de Responsabilidade Técnica (ARTs/RRTs) e outros referentes às demandas específicas de cada especialidade, tais como registros e aprovações (avaliar caso a caso).



- 14.2. Na entrega de cada projeto, o Contratado deverá apresentar à contratante cópia das Anotações de Responsabilidade Técnica (ART) e/ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) referentes aos serviços técnicos executados, devidamente recolhidas, condição necessária para que os serviços sejam considerados liquidados e liberados para faturamento.
- 14.3. Não serão acatadas ARTs e/ou RRTs de profissionais que não compõem a equipe técnica do Contratado e que não figurem como Responsáveis Técnicos relacionados na Certidão de Quitação de Pessoa Jurídica da mesma junto ao CREA/CAU.
- 14.4. Os profissionais de apoio que vierem a ser acrescentados na equipe técnica do Contratado e que tenham sido previamente aprovados pela Receita Federal poderão apresentar ARTs e/ou RRTs de projetos na condição de corresponsáveis, sendo os responsáveis principais aqueles profissionais que compõem a equipe técnica principal, aprovados pela Receita Federal durante a fase de licitação.

**15. DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS TÉCNICOS POR DISCIPLINA DE PROJETO:**

**15.1. PROJETO DE ARQUITETURA DE REFORMA E AMPLIAÇÃO**

15.1.1. O projeto completo de arquitetura deverá compreender todas as informações e detalhamentos para o perfeito entendimento da execução da obra em conformidade com a NBR 13531 e 13532, NBR 6492/NB 43, NBR 9050, NBR 12517 da ABNT, ou as que vierem substituí-las, devendo ser apresentado na seguinte forma:

- a) Planta geral da situação atual e da situação projetada, com indicação de a demolir, a construir e a permanecer.
- b) Plantas baixas dos pavimentos com indicação das intervenções de reforma.
- c) Cortes de todos os ângulos necessários à perfeita visualização da edificação, acrescentando indicações de cortes parciais e detalhes especiais tais como equipamentos fixos, peças metálicas etc.; Sempre indicar as intervenções de reforma.
- d) Elevações de todas as fachadas, acrescentando tabelas de acabamentos e incorporando as esquadrias definidas e chamadas para detalhes especiais; Sempre indicar as intervenções de reforma.
- e) Plantas e cortes parciais em compartimentos e áreas que devido à sua complexidade exijam maior detalhamento, tais como sanitários, copa/cozinha, escadas, acesso principal etc., detalhando sempre que necessário os arremates, bancadas, parapeitos etc.;
- f) planta de cobertura com detalhamento da estrutura de sustentação, telhamento, aberturas de iluminação, calhas, rufos etc.;
- g) desenhos de componentes arquitetônicos (esquadrias metálicas e de madeira, brises, guarda-corpo, corrimão etc.) onde estarão representados e dimensionados, através de plantas, cortes e elevações;
- h) mapa geral de esquadrias relacionando tipos e quantidades, definindo detalhes de acabamentos, ferragens e arremates diversos;
- i) plantas detalhadas de todos os forros e pisos, incluindo paginação;
- j) memorial descritivo e especificações completas de todos os materiais e serviços que compõem o projeto;
- k) previsão de acessibilidade a pessoas portadoras de



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA**  
**LEI Nº 11.267 – 21-12-1995 CNPJ 01.613.136/0001-30**  
**RUA SÃO PAULO, 191 – FONE (043) 3244-1143 – CEP 86.618-000**  
**PRADO FERREIRA – ESTADO DO PARANÁ**

deficiências (banheiros, inclinação de rampas, corredores, portas etc.).

- l) todo projeto completo de Arquitetura deverá conter, também o layout proposto.
- m) O projeto de arquitetura deve incluir soluções para as áreas externas e jardim interno, tais como calçadas, estacionamentos, pavimentação e paisagismo se for o caso.
- n) Plantas de situação e localização, com o localização do Norte Magnético e as geratrizes da implantação; Representação do terreno com as características planialtimétricas, compreendendo medidas e ângulos dos seus limites, além de curvas de nível; Representação, com localização, da vegetação a ser preservada; Localização de postes, hidrantes e outros elementos relevantes; As referências de nível do levantamento topográfico; Cotas de nível do terrapleno da edificação e dos elementos externos (calçadas, rampas, patamares, etc.); Localização e cotas dos elementos construídos externos à edificação, como: estacionamentos e guarita.

15.1.2. Para os reparos, deverão ser apresentadas plantas baixas descritivas, em escala 1:50, indicando as intervenções propostas, com o maior número de informações possíveis à compreensão do projeto, contendo:

- a) Indicação, com legenda, das patologias dos revestimentos e materiais da edificação, localizando-as nas paredes, pisos, forros, cobertura e esquadrias internas e externas, grades, corrimãos, brises;
- b) Indicação dos procedimentos corretivos a serem utilizados em cada patologia, bem como as áreas de pintura com as respectivas cores.
- c) No caso de patologias verificadas em fachadas, deverão ser anexadas ao projeto fotografias do problema, com indicação de sua localização e procedimento corretivo indicado.

15.1.3. Além das intervenções de reforma o projeto arquitetônico deverá desenvolver muros ou cercamento, de acordo com as necessidades apresentadas.

15.1.4. O projeto deverá ser devidamente aprovado pelo CONTRATADO junto à Administração Local, Prefeituras Municipais e/ou qualquer outra autarquia que faça gestão do processo de aprovação dos projetos onde se localiza o imóvel, objeto da solicitação de projeto.

15.1.5. O projeto deverá contemplar condições de acessibilidade física de acordo com a Norma Brasileira NBR 9050/2015 ou as que vier substituí-la - Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos, emitida pela ABNT, contendo rotas acessíveis, rebaixamento de calçadas, rampas, sanitários (existentes), sinalização tátil nas calçadas e pisos internos e externos.

15.1.6. O layout deverá ser entregue com plantas e relação padrão contendo a quantidade de biombos, floreiras, lixeiras, guichês e todas as demais peças de mobiliário e/ou acessórios da unidade.

## **15.2. LEVANTAMENTO ARQUITETÔNICO**

15.2.1. O levantamento arquitetônico deverá ser realizado na edificação e na área externa do lote.

15.2.2. Caberá a Contratada a verificação e atualização dos desenhos existentes, bem como a realização de levantamento arquitetônico e técnico completo, formatando uma base gráfica sólida para o desenvolvimento das demais fases.

15.2.3. Considerando que o desenvolvimento do projeto deve partir da situação preexistente, o levantamento deve ser completo o suficiente para subsidiar todas



as intervenções necessárias.

15.2.4. Deverão ser entregues plantas, cortes e fachadas da situação atual.

15.2.5. O resultado do levantamento poderá preferencialmente ser desenvolvido em “software” que utilize a tecnologia “Building Information Modelling – BIM”, ou tecnologia usual e apresentado em meio magnético em três formatos: (i) editável: “Revit Architecture” (formato “rvt”) e IFC; e (ii) não editável: compatível com o Adobe Reader (formato “pdf”).

### **15.3. PROJETO ESTRUTURAL**

15.3.1. O projeto estrutural incluirá o desenvolvimento dos detalhes de intervenções na estrutura existente e projeto estrutural de muro ou outros elementos que se mostrem necessários na etapa de levantamento, incluindo eventual projeto de fundações. Também engloba os projetos das estruturas metálicas da cobertura da edificação e da nova cobertura para estacionamento de veículos.

15.3.2. Caso necessário reservatório, ou outras intervenções que demandem projeto estrutural, o Contratado está ciente que os projetos estruturais destes elementos estão incluídos no escopo contratado.

15.3.3. O Projeto Básico Completo de Estrutura deverá compreender todas as informações e detalhamentos para o perfeito entendimento da execução da solução estrutural adotada para o projeto, em conformidade com a NBR 6.118 e 14.931, NBR 6.122, NBR 8.800 e suas eventuais substituições, além das demais normas pertinentes e aplicáveis ao método de cálculo e sistema estrutural proposto.

15.3.4. O projeto deverá contemplar, além das informações exigidas acima, no mínimo: Compatibilização de eixos e níveis com o Projeto de Arquitetura; Cotas de nível necessárias para caracterizar elementos como fundos e topos de viga, lajes, juntas de dilatação etc. No caso ligações metálicas, detalhamento completo de furos, cortes, soldas (comprimento do cordão, “garganta”, espessura, eletrodo, tipo de solda); Especificação completa de perfis (resistência, tipo, altura e espessura das almas e mesas), detalhes de encaixe etc.; Nível de Referência (N.R.) adotado, explicitando o elemento adotado (poste, rua, “piquete” georreferenciado etc.) Cotas sucessivas e acumuladas necessárias à conferência e montagem de elementos como pilares, vigas, capitéis, sapatas, blocos etc.; Numeração, nomenclatura e dimensionamento de todos os elementos estruturais; Detalhamento em separado de elementos estruturais específicos (escadas, rampas, reservatórios, contenções, muros de arrimo, etc.); Cortes e detalhes, sempre que necessário. Indicação do “Fck”, módulo de elasticidade mínimo, slump sugerido, e demais especificações do concreto, seja usinado ou virado em obra; e do recobrimento das armaduras e do tipo de aço a ser utilizado (CA-50A e CA-60); Elaborar as Plantas de Formas de todos os níveis em escala adequada, contendo cortes e detalhes para o perfeito entendimento da estrutura, suas peças e dimensões;

15.3.5. Elaborar desenhos de armações contendo: Detalhamento, em escala apropriada, de todas as peças do esquema estrutural; Especificação do tipo de aço; Tabela e resumo de armação por folha de desenho; Detalhes de armaduras especiais; Quantitativos de volume de concreto, peso de aço, área de formas expressos em quadro resumo por pavimento. Memorial de Cálculo, onde deverão ser apresentados: ações e coações consideradas no cálculo estrutural, os critérios de dimensionamento de cada peça estrutural, consumo de concreto, aço e formas. Quantitativos e especificações técnicas de materiais e serviços.

15.3.6. Deverá ser solicitada a execução de investigações geotécnicas adicionais sempre que, em qualquer etapa de elaboração do projeto, forem constatadas divergências ou incoerências entre os dados disponíveis, de tal forma que as dúvidas fiquem completamente esclarecidas.

15.3.7. Eventual Projeto de Fundações deverá compreender todas as informações e detalhamentos para o perfeito entendimento da execução da solução proposta



para o projeto, em conformidade com a NBR 6.122, NBR 14.931 e suas eventuais substituições, além das demais normais pertinentes e aplicáveis ao método de cálculo e sistema estrutural proposto.

#### **15.4. PROJETO DE INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS PREDIAIS**

- 15.4.1. Na fase de levantamento e relatório de necessidades deverão ser identificadas as intervenções necessárias para adequação e melhoria da eficiência das instalações hidráulicas.
- 15.4.2. As instalações devem ser dimensionadas e projetadas visando garantir o funcionamento dos sistemas com conforto, facilidade de manutenção e segurança, prevendo inclusive aumento da população de usuários, sem provocar distorções de custos operacionais ou de limpeza e manutenção. Deverão ser respeitadas a qualidade da água fornecida pela concessionária e a orientação de utilização de dispositivos que provoquem menor consumo de água, como vaso sanitário com caixa acoplada ou válvula de descarga externa com regulagem de vazão e tempo de descarga e torneiras que tenham dispositivos do tipo temporizador, sensor de calor ou regulador de vazão.
- 15.4.3. Deverá ser instalado registro de gaveta para possibilitar o fechamento do abastecimento da alimentação para possíveis manutenções e limpezas.
- 15.4.4. Necessário informar o tipo, número de usuários e necessidades de demanda; Determinar a quantidade de água para consumo médio diário e o volume da reserva a ser utilizada, de acordo com as recomendações da Norma NBR 5626, exigências da concessionária local e legislação regional.
- 15.4.5. Considerar no volume total de armazenamento, a reserva de água para combate a incêndio. Caso necessário novo reservatório para atendimento as exigências dos bombeiros, esse deverá ser objeto do projeto.
- 15.4.6. Todos os trechos que possuem vazamentos deverão ser substituídos e/ou reparados, incluindo o reservatório.
- 15.4.7. Elaborar Planta de situação em escala mínima de 1:250 indicando a localização de todas as tubulações externas e demais equipamentos como cavalete para hidrômetro e outros; Planta baixa de cada pavimento da edificação, em escala 1:50, contendo indicação das tubulações quanto a comprimentos, material, diâmetro e elevação, quer horizontais ou verticais, localização precisa dos aparelhos sanitários e pontos de consumo, reservatórios, poços, bombas, equipamentos como instalações hidropneumáticas, estação redutora de pressão, barriletes, prumadas, ramais, redes e pontos de consumos; Indicação de ampliações, cortes e detalhes; Esquema isométrico geral e de cada área molhada, com indicação de cotas verticais horizontais, diâmetro e comprimento dos tubos, vazões, pressões nos pontos principais ou críticos, cotas, conexões, registros, válvulas e outros elementos; Esquemas verticais das instalações (cortes).
- 15.4.8. A execução dos projetos e especificações das instalações hidráulicas devem atender às recomendações das últimas revisões das normas específicas da ABNT, principalmente a NBR 5626 – Instalações Prediais de Água Fria; a NBR 8160 – Sistemas Prediais de Esgoto Sanitário - Projeto e Execução; e a NBR 10844 – Instalações Prediais de Águas Pluviais – Procedimentos, às exigências das empresas concessionárias de serviços públicos e às recomendações dos principais fabricantes.

#### **15.5. PROJETO DE INSTALAÇÕES SANITÁRIAS PREDIAIS**

- 15.5.1. Na fase de levantamento e relatório de necessidades deverão ser identificadas as intervenções necessárias para adequação e melhoria da eficiência das instalações hidráulicas.
- 15.5.2. Elaborar Planta de situação em escala mínima de 1:250 indicando a localização de todas as tubulações externas, as redes existentes das



concessionárias e demais equipamentos e interesse; indicação das cotas de nível de todas as caixas (tampa e fundo); Planta baixa de cada pavimento da edificação, em escala 1:50, contendo caminhamento e indicação das tubulações quanto a material, diâmetro e elevação, localização precisa dos aparelhos sanitários, ralos e caixas sifonadas, peças e caixas de inspeção, tubos de queda e ventilação, caixas coletoras e instalações de bombas, se houver, caixas separadoras e outros; Com a indicação de ampliações, cortes e detalhes; Plantas dos conjuntos de sanitários ou ambientes com despejos de água, em escala 1:20, com detalhamento das instalações; Detalhes de todas as caixas, peças de inspeção, instalações de bombeamento, montagem de equipamentos e outros que se fizerem necessários. Desenho da instalação de esgoto sanitário em representação isométrica, referente à rede geral, com indicação de diâmetro e comprimento dos tubos, ramais, coletores e subcoletores. Esquemas verticais das instalações (cortes), indicando os componentes do sistema e suas interligações.

#### **15.6. PROJETO DE INSTALAÇÕES PREDIAIS DE ÁGUAS PLUVIAIS**

- 15.6.1. Na fase de levantamento e relatório de necessidades deverão ser identificadas as intervenções necessárias para adequação e melhoria da eficiência das instalações de drenagem.
- 15.6.2. Esse projeto deverá incluir a solução de todas as drenagens que eventualmente se façam necessários na edificação e seu entorno.
- 15.6.3. O Projeto de Drenagem de Águas Pluviais deve apresentar posições, tipos e dimensões das tubulações verticais, horizontais, desvios, caixas, dispositivos de inspeção, ralos, reservatórios e ligações aos coletores públicos, necessários à instalação do sistema de captação, drenagem e aproveitamento e esgotamento das águas pluviais do prédio e da área livre do terreno.
- 15.6.4. Dimensionar e projetar os coletores (calhas), tubos de descida e condutores segundo os volumes de precipitação previstos nas Normas Brasileiras.
- 15.6.5. O projeto deve permitir a limpeza e desobstrução de qualquer trecho da instalação, sem que seja necessário danificar ou destruir parte das instalações;
- 15.6.6. Em todos os pontos baixos das superfícies impermeáveis que recebam chuva será obrigatória a existência de pontos de coleta;
- 15.6.7. Elaborar Planta de situação ao nível da rua, em escala mínima de 1:500, indicando a localização de todas as redes e ramais externos, inclusive redes da concessionária, posicionamento de todos os elementos de coleta e características das respectivas áreas de contribuição, com dimensões, limites, cotas, inclinação, sentido de escoamento, permeabilidade e outros e com indicação das áreas a serem detalhadas, quando for o caso; Planta da cobertura e demais pavimentos da edificação, onde constem áreas de contribuição, em escala 1:50, contendo a localização de todos os componentes, dimensões, declividades, materiais e demais características de condutores, calhas, rufos e canaletas; Cortes, em escala 1:50, indicando o posicionamento dos condutores verticais, quando necessário para melhor elucidação; Desenhos em escalas adequadas, onde constem o posicionamento, dimensões físicas e características de instalações de bombeamento, quando houver, detalhes de drenos, caixas de inspeção, de areia coletora, canaletas, ralos, suportes, fixações e outros; e Desenho do esquema geral da instalação.

#### **15.7. PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO**

- 15.7.1. O projeto completo de combate e proteção contra incêndio deverá ser adaptado em conformidade com NBR 9077, NBR 12693, NBR 13714, NBR 10897/NB 1135, NBR 14100 da ABNT, ou as que vier substituí-las e normas do Corpo de Bombeiros ou outros órgãos municipais, complementado no que couber com orientações e instruções adicionais fornecidas pelo Contratante.
- 15.7.2. O projeto contemplará a elaboração do Plano de Prevenção e Combate Contra



Incêndio e deverá ser concebido de forma a proporcionar um nível adequado de segurança aos ocupantes do prédio, em caso de incêndio, minimizando as probabilidades de propagação do fogo, através de seu combate no foco, além de diminuir os danos causados pelo sinistro aos equipamentos existentes.

- 15.7.3.O projeto completo deverá compreender todos os serviços necessários à adequação do imóvel às normas vigentes e obtenção do alvará do Corpo de Bombeiros, bem como todas as informações e detalhamentos para o perfeito entendimento da execução da obra.
- 15.7.4.O Plano de Prevenção e Combate Contra Incêndio deverá ser desenvolvido levando em conta a compatibilidade com os projetos arquitetônico e complementares, a fim de que se obtenha uma solução mais econômica e funcional.
- 15.7.5.Deverá ser encaminhada, para análise da CONTRATANTE, a consulta prévia ao Corpo de Bombeiro, onde constem as exigências mínimas de sistemas referentes à segurança contra incêndio, ainda na fase de ANTEPROJETO.
- 15.7.6.Ao devido tempo, todos os projetos referentes a esta matéria, deverão ter aprovação junto ao Corpo de Bombeiros local e demais Órgãos necessários.

#### **15.8. PROJETO DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS DE BAIXA TENSÃO**

- 15.8.1.As instalações elétricas da edificação passarão por plena renovação, desde a entrada de energia, quadros, até aos pontos finais para usuários. As tubulações, sempre que possíveis poderão ser projetadas para modo aparente, visando facilitar futuras manutenções.
- 15.8.2.Na fase de levantamento e relatório de necessidades deverão ser identificadas as intervenções necessárias para adequação e melhoria da eficiência das instalações elétricas.
- 15.8.3.Deverá ser desenvolvido projeto de instalações elétricas estabilizadas e de instalações elétricas não estabilizadas. O projeto deverá diferenciar e identificar perfeitamente a energia estabilizada da normal, bem como indicar os circuitos de energia de emergência.
- 15.8.4.O projeto de instalações elétricas deverá ser elaborado em conformidade com NBR 5410, NBR 5361/EB 185, NBR 6689/EB 154, NBR 14306 da ABNT, ou as que vierem substituí-las, complementado no que couber pela norma IEC 60364 e atos normativos da Concessionária local, bem como orientações e instruções adicionais emanadas pela Receita Federal, a exemplo do Manual de Normas de Redes de Infraestrutura de Redes Locais.
- 15.8.5.O projeto deverá ser devidamente aprovado junto à Concessionária local, caso necessário;
- 15.8.6.Verificar junto à concessionária local a necessidade de Subestação. Sendo necessária essa deverá ser projetada conforme normas especificadas pela concessionária de energia elétrica local, utilizando preferencialmente transformadores a seco;
- 15.8.7.Prever a instalação de banco de capacitores para a correção do fator de potência da instalação, quando necessário;
- 15.8.8.Prever quadros separados para as cargas consideradas críticas (rede estabilizada, servidores, ar-condicionado do CPD, sistema de combate a incêndio, iluminação de emergência etc.) e as cargas normais, para possibilitar a instalação de grupo gerador de energia para as cargas críticas;
- 15.8.9.Prever quadros e circuitos separados para o térreo e o pavimento superior, permitindo a medição individualizada dessas áreas.
- 15.8.10.A distribuição de tomadas no piso e a das luminárias de teto deverá ser a mais ampla possível (observando a modulação básica de 1,25m x 1,25m), a fim de possibilitar o atendimento de futuras alterações de layout;
- 15.8.11.Para facilitar a instalação, inspeção e manutenção do cabeamento e fiação, sempre que possível, devem ser projetados leitos (eletrocalhas) e evitadas



tubulações fechadas;

- 15.8.12.O projeto de sistemas de iluminação e tomadas deverá abranger iluminação geral de interiores, iluminação geral externa, iluminação específica, iluminação de emergência, iluminação de vigia e sinalização e luz de obstáculo;
- 15.8.13.Para a determinação dos níveis de iluminância dos ambientes, deverão ser adotadas as recomendações previstas na Norma NBR 5413;
- 15.8.14.Prever a substituição de todas as lâmpadas por lâmpadas de led.
- 15.8.15.Prever a instalação de iluminação de emergência.
- 15.8.16.Elaborar Planta geral de implantação da edificação, em escala adequada, indicando elementos externos ou de entrada de energia (como a localização do ponto de entrega de energia elétrica com suas características principais); Projeto de iluminação de todos os ambientes, inclusive externos à edificação (incluindo iluminação de emergência e balizamento de rotas de fuga conforme exigências do Corpo de Bombeiros);
- 15.8.17.Elaborar Plantas de todos os pavimentos preferencialmente em escala 1:50, e das áreas externas em escala adequada, indicando: localização dos pontos de consumo com respectiva carga, seus comandos e indicações dos circuitos pelos quais são alimentados; localização e detalhes dos quadros de distribuição e dos quadros gerais de entrada, com suas respectivas cargas; traçado dos condutores, localização de caixas e suas dimensões; traçado, dimensionamento e previsão de cargas dos circuitos de distribuição, dos circuitos terminais e dispositivos de manobra e proteção; tipos de aparelhos de iluminação e outros equipamentos, com todas suas características como carga, capacidade e outras; detalhes típicos específicos de todas as instalações de ligações de motores, conjunto nobreak/estabilizador, luminárias, quadros e equipamentos elétricos e outros; circuitos de força para alimentação de equipamentos específicos (ar condicionado, elevadores etc.); diagrama unifilar geral de toda a instalação e diagramas trifilares de cada quadro; esquema e prumadas; código de identificação de enfição e tubulação que não permita dúvidas na fase de execução, adotando critérios uniformes e sequência lógica; alimentação de instalações especiais e sistema de iluminação de emergência; legenda das convenções usadas.
- 15.8.18.Elaborar memorial do cálculo, incluindo o luminotécnico.

#### **15.9. PROJETO DE INSTALAÇÕES DE PROTEÇÃO CONTRA DESCARGAS ATMOSFÉRICAS (SPDA)**

- 15.9.1.Na fase de levantamento e relatório de necessidades deverão ser identificadas as intervenções necessárias para adequação e melhoria da eficiência das instalações de SPDA.
- 15.9.2.O projeto do Sistema de Proteção Contra Descargas Atmosféricas deve ser elaborado em conformidade com as normas: NBR-5419 (Proteção de Estruturas contra Descargas Atmosféricas) e NBR-5410 (Instalações Elétricas de Baixa Tensão) da ABNT, prevendo proteção das instalações contra surto provocado por descarga atmosférica, transitórios ou falhas de operação;
- 15.9.3.Independente da necessidade de um sistema de proteção contra descargas atmosféricas deverá ser elaborado o projeto de um sistema de aterramento com malha inferior, caixas de aterramento, caixas de inspeção e caixa de equipotencialização com terminal de aterramento principal (TAP);
- 15.9.4.O Projeto de Instalação de Proteção contra Descargas Atmosféricas obedecerá às normas da ABNT, apresentando: Subsistema Captor, contendo a localização e a identificação dos para-raios e terminais aéreos; Subsistema de Descidas, contendo as ligações entre os para-raios, terminais aéreos e aterramento; Subsistema de Aterramento, contendo as ligações entre a malha inferior e as caixas de aterramento e a malha de aterramento da cerca metálica; Resistência máxima de terra; Ligações para Equipotencialização do Sistema; Localização da caixa de equipotencialização com o terminal de aterramento principal (TAP);



Detalhes em escala adequada de elementos como: Caixa de aterramento; Caixa de equipotencialização; Caixa de inspeção; Localização da caixa de equipotencialização; Terminais aéreos; Para-raios; Ligação entre os terminais aéreos e a cordoalha superior; Tipo de fixação da malha superior; Descida do SPDA; Ligação entre a malha inferior e as hastes de cobre; Memória de cálculo.

## **16. APRESENTAÇÃO DOS PROJETOS:**

### **16.1. APRESENTAÇÃO GERAL:**

- 16.1.1. Todos os projetos poderão preferencialmente ser desenvolvidos em “software” que utilize a tecnologia “Building Information Modelling – BIM”, ou tecnologia usual e apresentado em meio magnético em três formatos: (i) editável: “Revit Architecture” (formato “rvt”) e IFC; e (ii) não editável: compatível com o Adobe Reader (formato “pdf”).
- 16.1.2. É função do coordenador de obras a análise da compatibilização de todos os projetos (arquitetura, estrutura, hidráulica, elétrica etc.), reunidos em um único modelo no formato Revit Architecture” (formato “rvt”), que permita análise das interferências entre as disciplinas.
- 16.1.3. Além do modelo editável, todos os projetos deverão ser entregues em pranchas no formato .pdf e 3 vias impressas, sendo uma entregue no recebimento provisório de duas no recebimento definitivo. Todos os desenhos e documentos a serem elaborados deverão respeitar as normas técnicas pertinentes, especialmente (mas não exclusivamente) as seguintes, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT:
  - NBR 8403:1984 - aplicação de linhas em desenhos - tipos e larguras;
  - NBR 8404:1984 - indicação do estado de superfícies em desenhos técnicos;
  - NBR 8993:1985 - representação convencional de partes roscadas em desenhos técnicos - procedimento;
  - NBR 10068:1987 - folha de desenho - layout e dimensões - padronização;
  - NBR 10126:1987, versão corrigida:1998 - cotagem em desenho técnico;
  - NBR 10582:1988 - apresentação da folha para desenho técnico;
  - NBR 10647:1989 - desenho técnico - terminologia;
  - NBR 6492:1994 - representação de projetos de arquitetura;
  - NBR 8402:1994 - execução de carácter para escrita em desenho técnico;
  - NBR 10067:1995 - princípios gerais de representação em desenho técnico;
  - NBR 13532:1995 - elaboração de projetos de edificações - arquitetura;
  - NBR 8196:1999 - desenho técnico - emprego de escalas.
- 16.1.4. O Caderno de Especificações Técnicas e as planilhas de orçamentos deverão seguir as estruturas previstas nas normas da ABNT e na falta dessas os modelos fornecidos pelo contratante.
- 16.1.5. Na conclusão de cada etapa, deverão ser entregues os arquivos digitais correspondentes.
- 16.1.6. gravação das mídias digitais, somente os arquivos finais deverão estar presentes, excluindo-se arquivos de backup, temporários ou auxiliares que não forem necessários.
- 16.1.7. Os modelos no formato digital deverão conter todas as pranchas necessárias para o projeto.
- 16.1.8. Todos os projetos deverão conter o carimbo padrão do Contratante.
- 16.1.9. Os textos e planilhas impressos deverão ser apresentados no formato A4. Os arquivos digitais desses deverão ser compatíveis com os softwares do Microsoft Office (Word e Excel).
- 16.1.10. Tanto os produtos gráficos quanto os textuais deverão conter o nome da



empresa, a assinatura do profissional responsável, a menção de seu título profissional e o número de seu respectivo registro no CREA/CAU.

- 16.1.11. Tanto os produtos gráficos quanto os textuais deverão ser entregues em seu formato original (".doc", ".xls", ".rt") e em formato ".pdf".
- 16.1.12. Cada especialidade deverá ter uma pasta respectiva que abrigue todas as suas plantas e documentos.
- 16.1.13. Deverá ser elaborada uma Lista Mestra de documentos, numerada e agrupada por projeto específico e que exiba todos os documentos integrantes dos projetos, deverá ser entregue ao Contratante contendo o nome e a descrição de cada um dos arquivos, além de observações adicionais julgadas pertinentes.
- 16.1.14. A utilização de envio de arquivos digitais por correio eletrônico será permitida em caso de revisões dos projetos já entregues ou complementações, desde que mediante autorização prévia do Contratante.
- 16.1.15. No caso de existirem modificações ou revisões nos projetos, estas deverão ser fornecidas formalmente, via ofício de remessa, acompanhadas de instruções que indicarão quais arquivos entregues anteriormente deverão ser substituídos pelos novos ou simplesmente excluídos, o que viabilizará a coesão e atualização organizada da documentação.
- 16.1.16. Para efeito de compatibilidade dos projetos, não serão aceitos, em qualquer etapa, arquivos com cotas editadas (forçadas), ou seja, o desenho deve apresentar a proporção real e exata.
- 16.1.17. Todos os elementos discriminados deverão ser desenhados obrigatoriamente com suas dimensões e posições, não sendo permitida a utilização de símbolos para representá-los, a não ser que estejam previstos em norma válida específica.
- 16.1.18. Todos os elementos discriminados deverão ser desenhados obrigatoriamente com suas dimensões e posições, não sendo permitida a utilização de símbolos para representá-los, a não ser que estejam previstos em norma válida específica.

#### **16.2. COMPATIBILIDADE DE ARQUIVOS:**

- 16.2.1. Não serão aceitos arquivos com as extensões ".dxf" e ".txt".
- 16.2.2. Em caso de arquivos produzidos em outro programa e posteriormente convertidos para algum deles, é aconselhável a observação de possível perda de informações ocasionada, principalmente, em objetos dos tipos: texto, cota, hachura e tipo de linha.
- 16.2.3. Deverão, preferencialmente, ser utilizadas fontes (tipos de letras) padrão. Se forem utilizadas fontes (tipos de letras) fora dos padrões básicos, elas deverão ser remetidas junto com os arquivos.
- 16.2.4. Os arquivos digitais das ilustrações (imagens, gráficos de apresentação, ilustrações) poderão ser vetoriais (formato dos programas CorelDRAW ou Adobe Illustrator CC - extensão de arquivo ".cdr" ou ".ai") ou dados "raster" ou "bitmap" (extensão de arquivo ".tiff" ou ".jpg", dependendo do tipo de imagem).

#### **16.3. IDENTIFICAÇÃO DAS PRANCHAS**

- 16.3.1. Conforme modelo de carimbo apresentado anteriormente, os desenhos deverão apresentar, na parte inferior direita, no mínimo, as seguintes informações:
  - a. identificação da RFB;
  - b. ano, número do projeto, item do projeto e número da folha em relação ao total de folhas do projeto;
  - c. identificação do Contratado e do autor do projeto com respectivo número de registro no respectivo Conselho Profissional (nome, registro profissional e assinatura);
  - d. identificação da edificação (nome e localização geográfica);
  - e. identificação do projeto (etapa de projeto, especialidade/área técnica, codificação);
  - f. identificação do documento (título, data da emissão e número de revisão);
  - g. título da prancha; e



h. demais dados pertinentes.

### **Anexo III - Instrumento de Medição de Resultado (IMR)**

1. Instrumento de Medição de Resultados (IMR) define metas quantificáveis a serem cumpridas pela CONTRATADA na execução do Contrato. Para tanto, são definidos indicadores objetivamente mensuráveis que buscam aferir e avaliar a qualidade da prestação dos serviços contratados.
2. O cumprimento do Instrumento de Medição de Resultados (IMR) condiciona o pagamento dos serviços prestados.
3. Dependendo da criticidade e urgência da demanda, o serviço poderá ser classificado pelos seguintes níveis de prioridade:
  - 3.1 ALTA: início de atendimento em no máximo 3 (três) dias;
  - 3.2 MÉDIA: início de atendimento em no máximo 7 (sete) dias;
  - 3.3 BAIXA: início de atendimento em no máximo 15 (quinze) dias;
4. 4.A contagem do prazo de atendimento poderá ser suspensa ou prorrogada mediante solicitação da CONTRATADA acompanhada de justificativa e programação.
5. Indicadores de nível de serviço.
  - 5.1 Indicadores definem o nível de serviço inicialmente exigido e que deve ser cumprido pela CONTRATADA.
  - 5.2 A avaliação do nível de serviço será feita por ordem de serviço pela CONTRATANTE por meio do indicador denominado “ Nota de Avaliação do Serviço” (NAS).
  - 5.3 A Nota Mensal de Avaliação será calculada a partir do registro de ocorrências, que determinará a perda de pontos por parte da CONTRATADA considerando o impacto de criticidade de cada ocorrência, conforme a fórmula abaixo e a tabela de ocorrências a seguir:
  - 5.4 A meta a ser cumprida pela CONTRATADA será a obtenção de uma Nota de Avaliação de Serviço (NAS) maior ou igual a 9,0.

#### **NAS = 10 - Pontos Perdidos**

ITEM	Descrição da Ocorrência	Incidência	Pontos Perdidos
1	Não atendimento dos prazos estabelecidos nos itens 3.1 e 3.2	Por ordem de serviço por dia	0,5
2	Não atendimento do prazo estabelecido no item 3.3	Por ordem de serviço por dia	0,3
3	Não cumprir o prazo de execução das etapas dos serviços descritas no cronograma físico-financeiro	Por dia	0,3
4	Recusar-se a executar ou descumprir serviço necessário à plena execução do objeto pactuado	Por serviço por dia	1,0
5	Utilizar recursos da CONTRATANTE, diretamente ou por meio de seus prepostos, para realização de atividades alheias aos serviços previstos ou englobados na contratação	Por ocorrência	2,0
6	Suspender ou interromper os serviços contratuais, salvo por motivo de caso fortuito ou força maior	Por dia	2,0

6. A adequação do pagamento pelo não atendimento das metas estabelecidas dar-se-á de acordo com a Nota Mensal de Avaliação obtida pela CONTRATADA, considerando os critérios definidos a seguir:
  - 6.1 Simples notificação, quando a NAS for entre 10,0 e maior ou igual a 9,0.
  - 6.2 Desconto de 2,0 % (dois por cento) do valor faturado (valor da medição de serviços da referida etapa), quando a NAS for menor que 9,0 e maior ou igual a 8,0;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA**  
**LEI Nº 11.267 – 21-12-1995 CNPJ 01.613.136/0001-30**  
**RUA SÃO PAULO, 191 – FONE (043) 3244-1143 – CEP 86.618-000**  
**PRADO FERREIRA – ESTADO DO PARANÁ**

6.3 Desconto de 4,0 % (quatro por cento) do valor faturado (valor da medição de serviços da referida etapa), quando a NAS for menor do que 8,0 e maior ou igual a 7,0.

6.4 Desconto de 6,0 % (seis por cento) do valor faturado (valor da medição de serviços da referida etapa), quando a NAS for menor do que 7,0 com a possibilidade de aplicação, concomitantemente, das penalidades previstas na Lei 14.133/2021 e nos documentos inerentes à presente contratação.

6.5 Os descontos acima definidos incidirão sobre o valor das medições de serviços.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA  
LEI Nº 11.267 – 21-12-1995 CNPJ 01.613.136/0001-30  
RUA SÃO PAULO, 191 – FONE (043) 3244-1143 – CEP 86.618-000  
PRADO FERREIRA – ESTADO DO PARANÁ

**ANEXO III - MODELO DE PROPOSTA**  
(Preferencialmente em papel timbrado da empresa)

**CONTRATAÇÃO DIRETA Nº /2024**

Ao  
Agente de Contratação  
Município de Prado Ferreira /PR

**IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE:** Razão social da licitante, número de inscrição junto CNPJ/MF, endereço completo, telefone e endereço eletrônico (e-mail) para contato, número da conta corrente, agência e respectivo Banco.

**IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE LEGAL:** Dados do responsável que assinará o instrumento Contratual, compreendendo: Nome, CPF, RG, estado civil, profissão, endereço completo.

Apresentamos nossa proposta para fornecimento dos itens abaixo discriminados, conforme Termo de Referência - ANEXO II, que integra o instrumento convocatório da licitação em epígrafe.

Lote: 1 - Lote 001					
Item	descrição do serviço	Quantidade	Unidade	Preço máximo	Preço máximo total
1	Elaboração de Projetos Técnicos de Engenharia Civil de Reforma e Construção de edificação tipo pavilhão com a finalidade de instalação e operação de Unidade de Valorização de Recicláveis (UVR), contendo: <ul style="list-style-type: none"><li>• Projeto Arquitetônico;</li><li>• Projeto Estrutural;</li><li>• Projetos Complementares: Estrutural, Hidrossanitário, Elétrico, Projeto de Prevenção contra Incêndio PSCIP- (incluindo aprovação no Corpo de Bombeiros);</li><li>• Planilhas (orçamentária e cronograma),</li><li>• Memoriais e demais documentos necessários para a realização das seguintes obras: 1 - REFORMA DE 01 (UM) BARRACÃO EM ALVENARIA PARA MANEJO DE MATERIAIS REICLÁVEIS COM ÁREA TOTAL DE 201m²; 2- AMPLIAÇÃO DO BARRACÃO COM ÁREA DE 399 m²; 3- 01 (UMA) EDIFICAÇÃO PARA SEDE ADMINISTRATIVA COM ÁREA TOTAL DE 100,00m²; -Visita ao local da obra para conferência e demais informações para a elaboração dos projetos</li></ul>				
TOTAL					

**DECLARAÇÕES:**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA**  
**LEI Nº 11.267 – 21-12-1995 CNPJ 01.613.136/0001-30**  
**RUA SÃO PAULO, 191 – FONE (043) 3244-1143 – CEP 86.618-000**  
**PRADO FERREIRA – ESTADO DO PARANÁ**

1. Tomamos conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações, e execução do objeto da licitação e na concordância com todos os termos deste edital;
2. Que a proposta de preços terá validade de 60 (sessenta) dias corridos contados da data de sua apresentação;
3. Que atende os requisitos de qualidade mínima exigidos do(s) produto(s) ou serviço(s) bem como seus prazos e condições de entrega;
4. Que nos preços ofertados estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

---

**ASSINATURA REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA**  
**LEI Nº 11.267 – 21-12-1995 CNPJ 01.613.136/0001-30**  
**RUA SÃO PAULO, 191 – FONE (043) 3244-1143 – CEP 86.618-000**  
**PRADO FERREIRA – ESTADO DO PARANÁ**

#### **ANEXO IV - MINUTA DE CONTRATO**

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº .../2024, QUE FAZEM ENTRE SI O  
MUNICÍPIO DE PRADO FERREIRA/PR E A  
EMPRESA.....

**MUNICÍPIO DE PRADO FERREIRA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua São Paulo, nº 191, Centro, na cidade de Prado Ferreira/PR, inscrito no CNPJ sob o nº 01.613.136/0001-30, neste ato representado pela prefeita MARIA EDNA DE ANDRADE, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa ....., inscrita no CNPJ/MF sob o nº ....., sediada na ....., doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por ..... (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº ...../2024 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Dispensa de Licitação nº .../2024, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO**

1.1. O objeto do presente instrumento é a Contratação de empresa especializada na área de engenharia e ou arquitetura para a prestação de serviços técnicos de Elaboração de Projetos Técnicos e complementares de Engenharia Civil referente a Reforma e Construção de edificação tipo pavilhão, com a finalidade de instalação e operação de Unidade de Valorização de Recicláveis (UVR), que contempla as atividades de recepção, separação, triagem, prensagem, enfardamento e acondicionamento de materiais recicláveis, oriundos da coleta seletiva municipal, para atendimento ao Instrumento de Repasse nº 41200333/2023 celebrado com a Itaipu Binacional Programa Itaipu Mais que Energia., nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	MARCA	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR.UNIT	VLR. TOTAL

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. Termo de Referência;
- 1.3.2. Autorização de Contratação Direta;
- 1.3.3. Aviso de Dispensa Eletrônica;
- 1.3.4. Proposta do contratado;
- 1.3.5. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 120 (cento e vinte) dias, englobando 70 (setenta) dias para o prazo de execução e mais 50 (cinquenta) dias para os recebimento provisório e definitivo e aprovação no órgão de



avaliação, onde os produtos entregues serão objetos de análise e vistoria técnica a ser realizada pela equipe de engenheiros e arquitetos da CAIXA ECONÔMICA, contados da data da assinatura do instrumento contratual, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

### **CLÁUSULA TERCEIRA - SUBCONTRATAÇÃO**

3.1 É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 40% (quarenta por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:

3.1.1 É vedada a subcontratação da parcela principal da obrigação, a qual consiste nas seguintes atividades: elaboração dos projetos arquitetônicos, memoriais descritivos, acessibilidade e coordenação e compatibilização dos Projetos. A elaboração dos projetos complementares, orçamentação (incluindo mapa de cotações, composição de custos, curva ABC, cronograma físico-financeiro) são atividades passíveis de subcontratação.

3.1.2. A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

3.2. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação. Todos os profissionais responsáveis pelas elaborações de projetos, sejam eles vinculados diretamente à empresa Contratada ou mediante subcontratação, deverão apresentar as respectivas Anotações de Responsabilidade Técnicas (ARTs) ou RRT.

### **CLÁUSULA QUARTA - GARANTIA DA EXECUÇÃO**

4.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

### **CLÁUSULA QUINTA - MODELO DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL**

#### **5.1. Condições de Entrega**

5.1.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 20(vinte) dias, contados da entrega de todos os documentos referentes à etapa de execução, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico.

#### **5.2. Gestão do Contrato**

5.2.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.2.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

5.2.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

5.2.4. O contratante poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

5.2.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o contratante poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.



5.2.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

5.2.7. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

5.2.8. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

5.2.9. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando o prazo para a correção.

5.2.10. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

5.2.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

5.2.12. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

5.2.13. O gestor do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

5.2.14. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

5.2.15. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

5.2.16. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

5.2.17. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

5.2.18. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

5.2.19. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

5.2.20. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

### **5.3. Recebimento**

5.3.1. O objeto será recebido provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

5.3.2. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 50 (cinquenta) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA**  
**LEI Nº 11.267 – 21-12-1995 CNPJ 01.613.136/0001-30**  
**RUA SÃO PAULO, 191 – FONE (043) 3244-1143 – CEP 86.618-000**  
**PRADO FERREIRA – ESTADO DO PARANÁ**

5.3.3. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

5.3.4. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refira à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

5.3.5. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

5.3.6. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

#### **5.4. Liquidação**

5.4.1. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

5.4.2. o prazo de validade;

5.4.3. a data da emissão;

5.4.4. os dados do contrato e do órgão contratante;

5.4.5. o período respectivo de execução do contrato;

5.4.6. o valor a pagar;

5.4.7. destaque do valor de retenções tributárias cabíveis (inclusive de IR, nos termos do Decreto Municipal nº 40/2023).

5.4.8. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

5.4.9. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sites eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4.10. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

5.4.11. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

5.4.12. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

5.4.13. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

5.4.14. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **CLÁUSULA SEXTA - PREÇO**

6.1. O valor total da contratação é de R\$

6.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

### **CLÁUSULA SÉTIMA - PAGAMENTO**

7.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 20 (vinte) dias, contados do recebimento da nota fiscal.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA**  
**LEI Nº 11.267 – 21-12-1995 CNPJ 01.613.136/0001-30**  
**RUA SÃO PAULO, 191 – FONE (043) 3244-1143 – CEP 86.618-000**  
**PRADO FERREIRA – ESTADO DO PARANÁ**

7.2. Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pelo contratante, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se dará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora são calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$I = (TX/100)/365$$

$$EM = I \times N \times VP,$$

Onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Nº de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

7.3. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.4. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.5. O Município de Prado Ferreira-PR efetuará a retenção do Imposto de Renda (IR) no momento do pagamento aos fornecedores/prestadores de serviços, caso a empresa se enquadre nas hipóteses previstas no Decreto Municipal nº 040/2023, bem como na Instrução Normativa RFB nº 1234, de 11 de janeiro de 2012.

7.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.7. O contratado regulamente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.8. Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais.

## **CLÁUSULA OITAVA - REAJUSTE**

8.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 03/04/2024.

8.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

## **CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

9.1. São obrigações do Contratante:



9.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

9.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

9.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

9.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

9.6. Fica nomeada como Gestora deste Contrato, a quem caberá a fiscalização do fiel cumprimento dos termos acordados, conforme o art. 117 da Lei nº 14.133/2021, a Sra Magna, matrícula nº 30000896, e-mail: magna.gonzales@gmail.com, telefone contato (43) 3244-1143.

9.7. Fica nomeado como Fiscal deste contrato, a quem caberá a fiscalização do fiel cumprimento dos termos acordados, conforme o art. 117 da Lei nº 14.133/2021, o Sr. Ronald Tiziani Pivotto, matrícula nº 30001095, e-mail: obraspradoferreira@gmail.com, telefone contato (43) 3244-1143.

9.8. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

9.9. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

9.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

9.10.1. A Administração terá o prazo de 1 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

9.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 1 (um) mês.

9.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

10.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

10.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

10.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

10.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

10.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

10.7. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do art. 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021.

10.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA**  
**LEI Nº 11.267 – 21-12-1995 CNPJ 01.613.136/0001-30**  
**RUA SÃO PAULO, 191 – FONE (043) 3244-1143 – CEP 86.618-000**  
**PRADO FERREIRA – ESTADO DO PARANÁ**

ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS - CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;

10.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

10.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

10.11. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

10.12. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação e qualificação na contratação direta;

10.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

10.14. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

10.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

10.17. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “ b” , “ c” e “ d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “ e” , “ f” , “ g” e “ h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “ b” , “ c” e “ d” justifiquem a imposição de penalidade mais grave.
- iv. **Multa:**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA**  
**LEI Nº 11.267 – 21-12-1995 CNPJ 01.613.136/0001-30**  
**RUA SÃO PAULO, 191 – FONE (043) 3244-1143 – CEP 86.618-000**  
**PRADO FERREIRA – ESTADO DO PARANÁ**

1. Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
2. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
3. Compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

11.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.6. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos

órgãos de controle.

11.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

11.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

11.9. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal..

11.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.



## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. Indenizações e multas.

12.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

12.6. O contrato poderá ser extinto:

12.6.1. caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função no processo de contratação direta ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

12.6.2. caso se constate que a pessoa jurídica contratada possui administrador ou sócio com poder de direção, familiar de detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação ou de autoridade a ele hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2024	3760	09.001.15.451.0016.2098	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2024	3770	09.001.15.451.0016.2098	504	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2024	3780	09.001.15.451.0016.2098	507	3.3.90.39.00.00	Do Exercício

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LGPD**

14.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser



firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

14.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

14.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

14.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

14.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

14.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

14.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

14.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

14.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

14.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

14.11. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

14.12. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

14.13. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - ANTICORRUPÇÃO**

15.1. As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº 8.429/1992), a Lei Federal nº 12.846/2013 e seus regulamentos, se comprometem que para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste edital, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS CASOS OMISSOS**

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - ALTERAÇÕES**

17.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

17.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.



17.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

17.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - PUBLICAÇÃO**

18.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA - FORO**

19.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Porecatu/PR para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Prado Ferreira, [dia] de [mês] de [ano].

\_\_\_\_\_

Representante legal do CONTRATANTE

\_\_\_\_\_

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-